

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MATHEUS BRAGA DE OLIVEIRA

**O PAPEL DA CONTABILIDADE PARA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO DO
MERCADO DE CAPITAIS: UM ESTUDO DE CASO DE ESCÂNDALOS
CONTÁBEIS E SEUS IMPACTOS**

RIO DE JANEIRO
2019

MATHEUS BRAGA DE OLIVEIRA

**O PAPEL DA CONTABILIDADE PARA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO DO
MERCADO DE CAPITAIS: UM ESTUDO DE CASO DE ESCÂNDALOS
CONTÁBEIS E SEUS IMPACTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração e Contabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Luiz Alberto P. de Mattos

RIO DE JANEIRO
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus porque sem Ele esta graduação não seria possível.

E agradeço à minha mãe que sempre se esforçou ao máximo para dar educação moral e intelectual para seus filhos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Básica de um Balanço Patrimonial	17
Figura 2 - Estrutura Básica de uma DRE.....	18
Figura 3 - Estrutura Básica de uma DLPA.....	18
Figura 4 - Estrutura Básica de uma DFC.....	19
Figura 5 - Estrutura Básica de uma DVA.....	20
Figura 6 - Estrutura Básica de uma DMPL	20
Figura 7 - Triângulo das Fraudes.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Índice de Preços dos Imóveis nos EUA de 1987 a 2007.....	44
Gráfico 2 - Preço das Ações do Banco Lehman Brothers	48
Gráfico 3 - Preço Ações Toshiba	53

RESUMO

Com o desenvolvimento das organizações e o aumento de sua complexidade, a contabilidade, passou a desempenhar diferentes papéis dentro do contexto organizacional. Porém com o progresso das instituições também se percebeu um aumento no número de escândalos corporativos envolvendo fraudes contábeis acarretando prejuízos imensuráveis para a economia e para a sociedade. A partir deste contexto, o presente trabalho objetivou destacar o papel da contabilidade para a manutenção do equilíbrio do mercado de capitais, visto que estes são impactados pelos resultados demonstrados pelas companhias e atualmente são a principal forma de captação de recursos das empresas de capital aberto. Para isso foram selecionados dois grandes casos, poucos estudados em âmbito nacional, que envolveram fraudes contábeis, são eles: Toshiba Corporation e o banco Lehman Brothers. Procurou-se apresentar as empresas selecionadas, detalhar as práticas contábeis fraudulentas utilizadas, e suas consequências para o meio interno e externo das instituições, principalmente para o mercado de capitais. De acordo com os objetivos esta pesquisa se classifica como exploratória e descritiva, com fontes bibliográficas e procedimentos de análise documental e estudo de caso. Conclui-se que o papel de controle patrimonial e gerencial da contabilidade contribuem para a eficiência do mercado de capitais.

Palavras-chave: Contabilidade, fraudes contábeis, mercado de capitais

ABSTRACT

With the development of organizations and the increase of their complexity, accounting began to play different roles within the organizational context. However, with the progress of institutions, there has also been an increase in the number of corporate scandals involving accounting fraud, resulting in immeasurable losses to the economy and to society. From this context, the present work aimed to highlight the role of accounting to maintain capital market balance, as these are impacted by the results demonstrated by the companies and are currently the main form of fund raising of publicly traded companies. For this, two large cases were selected, few studied at a national level, which involved accounting frauds: Toshiba Corporation and Lehman Brothers Bank. We attempted to present the selected companies, to detail the fraudulent accounting practices used, and their consequences for the internal and external environment of the institutions, especially for the capital market. According to the objectives, this research is classified as exploratory and descriptive, with bibliographic sources and documental analysis procedures and case study. It is concluded that the controlling role of accounting and management control contributes to capital market efficiency.

Keywords: Accounting, accounting fraud, capital market

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
1.1. Aspectos Gerais.....	8
1.2. O problema de Pesquisa.....	9
1.3. Objetivo geral e Objetivos Específicos.....	9
1.4. Relevância Acadêmica.....	10
2. Metodologia.....	11
2.1. Classificação Segundo os Objetivos.....	11
2.2. Classificação Segundo as Fontes de Dados Utilizadas na Coleta de Dados.....	12
2.3. Classificação Segundo os Procedimentos de Coleta de Dados.....	12
2.4. Classificação Segundo à Abordagem.....	13
2.5. Estruturação da pesquisa.....	13
3. Fundamentação Teórica.....	14
3.1. A contabilidade.....	14
3.1.1. Demonstrações Contábeis.....	16
3.1.2. Os Princípios Contábeis.....	21
3.1.3. O Papel da Contabilidade.....	22
3.1.4. O Usuários da Contabilidade.....	23
3.2. Mercado de Capitais.....	24
3.2.1. Principais Papéis Negociados no Mercado de Capitais.....	26
3.2.2. O Mercado Eficiente.....	29
3.3. Fraudes Contábeis.....	30
3.3.1. Contabilidade Criativa.....	32
3.3.2. Prevenção e Combate às Fraudes Contábeis.....	33
3.3.3. Grandes Fraudes Contábeis de Conhecimento Geral.....	38
4. Estudo de Caso.....	42
4.1. O Banco Lehman Brothers.....	42
4.1.1. A Crise do <i>Subprime</i>	43
4.1.2. O Escândalo Contábil.....	45
4.1.3. As Consequências.....	47
4.2. Toshiba Corporation.....	49
4.2.1. O Escândalo Contábil.....	49
4.2.2. As Consequências.....	52
5. Considerações Finais.....	54
Referências.....	58

1. INTRODUÇÃO

1.1. Aspectos Gerais

O Brasil está lentamente saindo de um período de recessão, o qual se configurou a mais grave crise econômica dos últimos anos. Em decorrência da grave crise internacional de 2008, o governo brasileiro, como precaução, passou a adotar medidas que estimulassem o consumo interno, entre elas a redução da taxa de juros, corte de impostos, desonerações fiscais para determinados setores da economia e o incentivo à concessão de créditos. Inicialmente as medidas cumpriram sua função de manter o ritmo da economia, atingindo um crescimento de 7,5% no ano de 2010 (IBGE, 2011). Porém com o prolongamento da crise internacional e, por conseguinte, a queda nas exportações, o governo passou a gastar mais, enquanto a arrecadação com impostos e tributos diminuía. A inflação passa a dar sinais de crescimento, obrigando o governo a elevar a taxa básica de juros para contê-la, o que gera um gasto maior com os juros da dívida pública (SASAKI, 2017). Todos em fatores citados contribuíram para que o Brasil enfrentasse 2 anos seguidos de recessão (2015 e 2016) e tivesse um crescimento irrisório de 1,0% em 2017 (TREVIZAN, 2017).

Esse contexto de economia recessiva é um ambiente ideal para a proliferação de fraudes dentro das organizações. Segundo a opinião do Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), o cenário de crise contribui significativamente para aumentar as fraudes dentro do ambiente corporativo. Nos últimos anos, diversos casos de escândalos de fraudes corporativas se tornaram manchete pelo mundo, fazendo com que o tema passasse a receber maior atenção de estudiosos. A fraude pode ser caracterizada como ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações financeiras.

A estagnação da economia, a redução no nível de investimentos e de consumo corroboram para o mal desenvolvimento dos negócios das organizações, provocando distúrbios dentro de seus ambientes internos. A pressão gerada em cima de executivos e empregados para o alcance de resultados positivos, faz com que muitos recorram a meios fraudulentos para a obtenção desses objetivos.

No entanto, assim como podem decorrer em razão de crise econômicas, as fraudes também podem ser a origem de colapsos financeiros, seja dentro de um contexto organizacional até abrangendo uma nação ou várias nações. A Associação de Examinadores de Fraudes (ACFE, na sigla em inglês) através de pesquisa,

concluiu que as fraudes mais comuns são a apropriação indevida de ativos, a corrupção e a fraude nos demonstrativos contábeis. Os casos de contabilidade fraudulenta ocupam o terceiro lugar em ordem de ocorrência, porém são os que apresentam maior grau de prejuízos, com volumes médios acima de 1 milhão de dólares (IBRACON, 2016).

Com o desenvolvimento das organizações, a contabilidade passou a desempenhar diversos papéis dentro do contexto organizacional. Atualmente o objetivo da Contabilidade é proporcionar informações corretas e satisfatórias aos usuários das informações contábeis, de modo que estes conheçam a situação econômica, financeira e patrimonial da organização, servindo como meio de auxílio na tomada de decisões gerenciais. Porém, da mesma forma que a contabilidade é uma ferramenta indispensável para a gestão empresarial, a sua indevida utilização proporciona múltiplos prejuízos à sociedade como um todo (RAMOS, 2015).

Considerando tais aspectos, se faz necessário entender o papel da contabilidade para a manutenção do equilíbrio do mercado de capitais, visto que este é diretamente impactado pelas ações e pelos resultados das companhias, e hoje é o principal meio pelo qual a maioria das organizações de capital aberto angariam recursos para o seu desenvolvimento. Tal entendimento se dará através do estudo de 2 escândalos contábeis e seus impactos para a economia na qual estavam inseridas. As empresas em questão são a Toshiba Corporation e o Banco Lehman Brothers.

1.2. O problema de Pesquisa

De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007), o problema de pesquisa é “uma questão que envolve intrinsecamente uma dificuldade teórica ou prática, para a qual se deve encontrar uma solução”. Deve expor a correlação entre duas ou mais variáveis, e assim será possível definir conteúdos, elaborar objetivos, formular os instrumentos de coletas de dados, e etc.

Diante do exposto, a presente estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: Qual é o papel da contabilidade na manutenção do equilíbrio do mercado de capitais?

1.3. Objetivo geral e Objetivos Específicos

Este estudo tem como objetivo principal, conforme já exposto no problema da pesquisa, destacar a função da contabilidade na manutenção do equilíbrio do mercado

de capitais, através do estudo de grandes escândalos contábeis selecionados e seus impactos. Para cumprir o objetivo geral faz-se necessário traçar alguns objetivos específicos que delinearão a pesquisa. São eles:

- a) Identificar e apresentar as companhias selecionadas para o estudo de casos.
- b) Entender, em cada caso, como ocorreu a fraude nos procedimentos contábeis;
- c) Averiguar se houve impacto no mercado de capitais, assim como mensurar a dimensão de suas consequências;
- d) Destacar a importância da contabilidade nas grandes companhias de capital aberto para o Mercado Financeiro e para a economia como um todo.

1.4. Relevância Acadêmica

De todo tipo de pesquisa se é exigido uma contribuição não só para área de conhecimento a qual o estudo pertence, mas também para a sociedade de uma maneira mais ampla. Com isso, no desenvolvimento de um estudo, é necessário expor as razões pelas quais a pesquisa é relevante. Tais razões constituem a relevância acadêmica.

Esta pesquisa é relevante pois retrata a importância da contabilidade para a economia e para a sociedade como um todo em um momento em que as inovações tecnológicas estão impondo novos paradigmas e transformações aos profissionais da área e, também, em virtude de que o mercado de trabalho tem atribuído cada vez mais funções de gestão aos contadores, e não mais como simples lançadores de transações ou guardadores de livros.

Outro ponto que destaca a relevância deste estudo é com relação às fraudes contábeis. Segundo a Pesquisa Global sobre Fraudes e Crimes Econômicos de 2018 coordenada pela PWC, metade das organizações globais diz ter sido vítimas de fraudes e crimes econômicos. Vale destacar também a escassez de estudos nacionais com relação às fraudes contábeis cometidas pelas empresas selecionadas. Conclui-se que este tema é ainda bastante atual e de interesse para as organizações que desejem se precaver de alguma forma perante esse problema.

2. METODOLOGIA

Nesta seção é esclarecida a forma utilizada para a análise do problema proposto, ou seja, se descreve o tipo de pesquisa que está sendo realizada, bem como sua aplicação. Também tratará das técnicas de coletas de dados, assim como os diferentes procedimentos e abordagens. Tais procedimentos compõe a metodologia da pesquisa e estes garantem o suporte e a segurança científica do estudo (OLIVEIRA, 1997).

De acordo com Santos (2002), existem três critérios para identificar a natureza metodológica dos trabalhos científicos. “Podem-se caracterizar as pesquisas segundo objetivos, segundo as fontes utilizadas na coleta de dados ou, ainda, segundo os procedimentos de coleta.

2.1. Classificação Segundo os Objetivos

Com base nos objetivos, esta pesquisa se classifica como exploratória e descritiva. Um estudo exploratório busca uma aproximação com um determinado tema e tem a finalidade de criar maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno, afim de que o pesquisador compreenda a real importância do assunto em questão, as informações disponíveis, e possivelmente até novas fontes (SANTOS, 2002). Estes tipos de pesquisas corroboram para o aprimoramento de ideias e para a descoberta de intuições (GIL, 2002). De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), esta forma de trabalho científico normalmente é o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e auxilia na formulação de hipóteses importantes para pesquisas posteriores.

Também podemos classificar este estudo como descritivo pois objetivou descrever um fato ou fenômeno com o levantamento de suas características conhecidas e de seus componentes. A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona as variáveis sem manipulá-las (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007). Porém, além da simples investigação da existência de correlações entre variáveis, o estudo descritivo determina a natureza dessas relações (GIL, 2002).

2.2. Classificação Segundo as Fontes de Dados Utilizadas na Coleta de Dados

Denominam-se fontes de uma pesquisa, os lugares ou situações de onde se extraem os dados de que se necessita. Esses dados podem advir de três meios: do campo, do laboratório e da bibliografia (SANTOS, 2002).

Neste contexto, a presente pesquisa pode se classificar como bibliográfica pelo motivo de que se utilizou um conjunto de materiais já escritos a respeito do assunto pesquisado. A bibliografia pode ser considerada uma preciosa fonte de informações, com dados anteriormente analisados e organizados em informações e ideias prontas. De acordo com Marconi e Lakatos (2008):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o investigador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.

Cervo, Bervian e Silva (2007) destacam que a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica e constitui o procedimento básico para estudos monográficos.

2.3. Classificação Segundo os Procedimentos de Coleta de Dados

Os procedimentos de coletas de dados são os meios práticos utilizados na reunião de informações necessárias para a tomada de conhecimento, formação de opinião e construção dos raciocínios com relação a um fato, fenômeno ou processo. Segundo Santos (2002), as formas mais comuns de coleta de dados são a pesquisa experimental, a pesquisa ex-post-facto, o levantamento, o estudo de caso, a pesquisa-ação, a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

Esta pesquisa se utilizou de 2 estudos de casos e análise documental para a realização da coleta de informações. A modalidade de pesquisa de estudo de caso consiste num estudo criterioso de um ou poucos objetos, de maneira a se permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (GIL, 2002). Santos (2002) descreve estudo de caso como “a seleção de um objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos”.

Com relação a análise documental, o que caracteriza este tipo de pesquisa é utilização de materiais que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento analítico,

ou ainda podem ser refeitos de acordos com os objetivos da pesquisa pela qual estão sendo utilizados (GIL, 2002). Tais como: tabelas estatísticas; relatórios de empresas; documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos; fotografia; epitáfios; obras originais de qualquer natureza; correspondência pessoal ou comercial (SANTOS, 2002).

2.4. Classificação Segundo à Abordagem

De acordo com a abordagem, ou seja, os métodos de investigação utilizados e a forma que se analisa os dados obtidos, o estudo em questão pode ser caracterizado como uma pesquisa qualitativa. Neves (1996) define a abordagem qualitativa como sendo “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social”.

Diferentemente da pesquisa quantitativa, os resultados do tipo de pesquisa qualitativa não são demonstrados através de meios estatísticos. A investigação está voltada para os aspectos subjetivos do problema. Estudos que utilizam este tipo de abordagem conseguem descrever com mais facilidade a complexidade e extensão de uma determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender processos dinâmicos enfrentados por grupos sociais, contribui para processos de mudança, formação de opinião, e interpretação dos comportamentos de indivíduos (OLIVEIRA, 1997).

2.5. Estruturação da pesquisa

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, nos quais o primeiro se trata da introdução, que apresenta aspectos gerais sobre o tema, os objetivos gerais e específicos, e a relevância acadêmica. O segundo capítulo aborda os procedimentos metodológicos utilizados na monografia. O terceiro capítulo apresenta a fundamentação teórica, onde se traz conceitos referente a contabilidade, mercado de capitais e fraude contábeis. O capítulo seguinte demonstra os estudos de caso das empresas selecionadas. E por fim, o quinto e último capítulo apresenta as considerações finais deste estudo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção da pesquisa trataremos dos principais assuntos referentes ao tema pesquisado: Contabilidade, Mercado de Capitais e Fraudes Contábeis. Levantaremos conceitos, históricos, desenvolvimento, aspectos atuais, assim como os variados pontos de vista dos autores e os resultados de suas pesquisas. Começaremos com a definição e a apresentação de aspectos referente à Contabilidade. Logo após trataremos as noções de Mercado de Capitais. E para finalizar abordaremos os principais tópicos concernentes a Fraudes Contábeis.

3.1. A contabilidade

As primeiras evidências do uso da Contabilidade são tão antigas quanto a história da civilização. Alguns estudos indicam que a referida ciência já era utilizada pelos sumérios há 2000 anos a.C (LIDA e CREPALDI, 2017). Com o desenvolvimento do comércio, das atividades de troca e venda, surgiu a necessidade de se registrar as transações comerciais e as variações dos bens, tendo como objetivo trazer ao conhecimento do homem as reais possibilidade de uso de suas posses, as possibilidade de consumo, de produção e etc (BACHTOLD, 2011).

A origem da palavra contabilidade vem do Latim *computabilis* que significa “o que se pode contar, somar, calcular”. E talvez seja por isso a concepção errônea da contabilidade como ciência exata. No entanto, Hoog (2016) define a Contabilidade como “uma ciência social, que tem como objeto de estudo a riqueza patrimonial das células sociais, e como objetivo, o estudo dos fenômenos e variações da riqueza, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo”.

Sá (2007), atribui à Contabilidade caráter de ciência pois possui os seguintes aspectos:

1. Objeto próprio – o patrimônio empresarial;
2. Finalidade própria – a satisfação da necessidade empresarial;
3. Método próprio – o método indutivo axiomático e o método fenomenológico;
4. Tradição – conhecimento milenar;
5. Utilidade – fonte de conhecimento do desempenho do patrimônio empresarial;
6. Teoria próprias – a teoria das aziendas, do rédito, do valor, das funções do patrimônio empresarial e etc.

7. Doutrinas científicas – o patrimonialismo, neopatrimonialismo, aziendalismo, personalismo, etc.
8. Correlação com outras ciências – ligação com Direito, Administração, Economia, etc;
9. Enuncia verdades universais e perpétuas;
10. Permite previsões – os orçamentos;
11. Levantamento de hipóteses – doutrina das contingências;
12. Tem caráter analítico.

Assim, percebe-se que o objeto da Contabilidade é o patrimônio empresarial. O conceito mais aceito acerca de patrimônio é o de conjuntos de bens, direitos e obrigações de uma pessoa ou entidade. Abrange tudo o que a pessoa ou entidade possui e tudo aquilo que deve.

Os bens são todos os itens, materiais ou não, que a pessoa física ou jurídica possua, que satisfaça suas necessidades e que seja possível de avaliação econômica. Segundo Ribeiro (2013), os bens podem ser divididos em materiais ou imateriais. Os bens materiais são aqueles que possuem corpo, matéria, e se dividem em móveis e imóveis. Os imateriais ou intangíveis são aqueles que não possuem corpo, não têm matéria, como por exemplo: marcas e patentes, domínio de internet, etc.

Os direitos são os valores que a entidade tem a receber, como: duplicatas a receber, títulos a receber, aluguéis a receber, etc. E as obrigações são os valores que a empresa tem de pagar a terceiros, como: salários a pagar, impostos a pagar fornecedores, etc (RIBEIRO, 2013).

O CPC (2011), em se tratando da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, destaca que os elementos diretamente associados com a mensuração do patrimônio de uma organização são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

- *Ativo* “é um recurso controlado pela entidade como resultados de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”. Representa a parte positiva do patrimônio e é constituído pelos bens e direitos da companhia. Reflete as aplicações dos recursos disponíveis.

- *Passivo* “é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”. Representa a parte negativa do patrimônio e é constituído pelas obrigações da entidade perante terceiros. Reflete a origem dos recursos que não são próprios.
- *Patrimônio Líquido* “é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos”. Representa os recursos próprios da companhia que advêm dos proprietários ou sócios, com o capital investido, ou da própria atividade normal da entidade, com o lucro das operações.

3.1.1. Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis ou financeiras são representações organizadas da posição patrimonial e financeira da organização, bem como do seu desempenho. São elaboradas com base na escrituração contábil da entidade referente a um determinado período. A sua elaboração tem o objetivo de fornecer informações úteis para avaliações e decisões econômicas por parte dos usuários da informação contábil (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS, 2011).

Segundo o IFRS (2010), em se tratando da estrutura conceitual para relatório financeiro, as demonstrações financeiras “retratam os efeitos financeiros de transações e outros eventos, agrupando-os em classes amplas de acordo com suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações financeiras”. E normalmente são preparadas supondo a continuidade da entidade e de suas operações.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e a Lei nº 11.638/2007, a entidade é obrigada a elaborar, ao fim de cada exercício social, as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço Patrimonial
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e) Demonstração do Valor Adicionado (quando companhia aberta);
- f) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

3.1.1.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar qualitativa e quantitativamente, em uma determinada data, o patrimônio e o Patrimônio Líquido da entidade. Essa demonstração deve compreender todos os bens e direitos, tanto tangíveis (materiais) como intangíveis (imateriais), as obrigações e o Patrimônio Líquido da entidade (RIBEIRO, 2018).

Segundo Kroetz (2000), é no Balanço Patrimonial que “se sintetiza, na forma de origens e aplicações, a riqueza da entidade, servindo de ferramenta para análises e controles, objetivando estudar o comportamento e tendências do patrimônio”.

No art. 176, da Lei nº 6.404/76 que dispõe sobre a Sociedades por Ações, consta que as contas do balanço serão classificadas de acordo com os elementos que registrem, e serão agrupadas de forma a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. Ainda de acordo com a referida Lei, o Balanço Patrimonial será constituído pelo Ativo, pelo Passivo e pelo Patrimônio Líquido.

Figura 1 - Estrutura Básica de um Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Circulante		Salários a pagar	R\$
Caixa	R\$	Fornecedores	R\$
Banco	R\$	Empréstimos	R\$
Estoque	R\$	Aluguel a pagar	R\$
Não Circulante		Patrimônio Líquido	
Imóveis	R\$	Capital Social	
Investimentos	R\$	Lucros Acumulados	
Total	R\$	Total	R\$

Fonte: (EGESTOR, 2017)

3.1.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) demonstra de maneira resumida os resultados das operações realizadas pela entidade, durante o tempo do seu exercício social, organizada de maneira a evidenciar o lucro líquido do período (DA SILVA, 2013).

Iudícibus (1998), define a DRE como um “resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva

(vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo)”.

Figura 2 - Estrutura Básica de uma DRE

Demonstração do Resultado do Exercício	
Receita Bruta	
(-) Impostos sobre Vendas	
(-) Devolução de Vendas	
= Receita Líquida (ou Vendas Líquidas)	
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	
= Resultado Bruto	
(-) Despesas com Juros	
(-) Despesa com Manutenção	
= Resultado Operacional	

Fonte: (REIS, 2018)

3.1.1.3. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

De acordo com Marion e Iudícibus (2000, p. 183), a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados é “um instrumento de integração entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício”. A DLPA evidencia as variações ocorridas no saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, situada no Patrimônio Líquido.

No art. 186, da Lei nº 6.404/76, é ressaltado que a DLPA discriminará o saldo do início do exercício, os ajustes necessários assim como as devidas correções monetárias; as reversões de reserva e o lucro líquido do período; e as transferências para as reservas, os dividendos, a incorporação dos lucros e o saldo final do exercício.

Figura 3 - Estrutura Básica de uma DLPA

DEMONSTRAÇÃO DE DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS EM X1		
	X1	X0
Saldo Inicial de Lucros/Prejuízos Acumulados		
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores		
(+/-) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		
(-) Destinações do Lucro		
(-) Reservas		
(-) Dividendos ou Lucros Distribuídos		
(=) Saldo Final de Lucros ou Prejuízos Acumulados		

FONTE: (SANKHYA, 2018)

3.1.1.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com Marion (2012), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) “evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e

equivalentes de caixa) da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos”.

A DFC, demonstra de forma organizada, as entradas e saídas do caixa e equivalente de caixa de uma companhia, durante o exercício social , dividindo as operações em no mínimo 3 fluxos: das operações; dos financiamentos; e dos investimentos (BRASIL, 2007).

Figura 4 - Estrutura Básica de uma DFC

Atividades Operacionais	Valores
(+) Recebimento de clientes	R\$
(-) Pagamento a fornecedores	R\$
(-) Despesas administrativas e comerciais	R\$
(=) Caixa obtido pelas atividades operacionais	R\$
Atividades de Investimento	
(-) Compra de ativo	R\$
(+) Recebimento de dividendos	R\$
(=) Caixa obtido pelas atividades de investimento	R\$
Atividades de Financeiro	
(-) Pagamento financiamento	R\$
(+) Integralização de capital	R\$
(=) Caixa obtido pelas atividades de financeiro	R\$
Saldo de disponibilidades	R\$

Fonte: (EGESTOR, 2018)

3.1.1.5. Demonstração do Valor Adicionado

Conforme à redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007, a demonstração do valor adicionado evidenciará o valor da riqueza produzida pela companhia, a sua distribuição entre as partes que fizeram parte da geração desta riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governos, e etc. Também evidenciará a parcela da riqueza não distribuída.

Figura 5 - Estrutura Básica de uma DVA

Demonstração do Valor Adicionado		R\$
1	RECEITAS	
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2	Provisão p/ Créditos Liquidação duvidosa	
1.3	Outras Receitas e Outras Despesas	
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	
2.1	Custos das Mercadorias e Serviços Vendidos	
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.3	Perda/Recuperação de Valores Ativos	
2.4	Outras	
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	
4	RETENÇÕES	
4.1	Depreciação, amortização e exaustão	
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1	Resultado de Equivalência Patrimonial	
6.2	Receitas Financeiras	
7	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1	Pessoal e encargos	
8.2	Impostos, taxas e contribuições	
8.3	Juros e Aluguéis	
8.4	Juros sobre capital próprio e dividendos	
8.5	Lucros retidos/ (prejuízo do exercício)	

Fonte: Próprio autor

3.1.1.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidenciam as movimentações e alterações ocorridas, durante o exercício social, nas contas do patrimônio líquido da entidade. Segundo o CPC 26 (2011) a DMPL deve incluir as informações a respeito: do resultado abrangente da companhia; os efeitos da aplicação retrospectiva ou da representação retrospectiva para cada componente do PL; e a conciliação dos saldos finais e iniciais para cada conta.

Figura 6 - Estrutura Básica de uma DMPL

Descrição	Capital			Reservas		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
	Subscrito	A realizar	Realizado	Capital	Lucros		
Saldo em 31/12 do ano anterior							
Ajustes de exercícios anteriores							
Aumentos de Capital							
Reversões de reservas							
Lucro Líquido do Exercício							
Destinações do Lucro							
Reservas							
Dividendos							
Saldos em 31/12 do ano atual							

Fonte: (DICIONÁRIO FINANCEIRO)

As demonstrações contábeis exigidas devem ser complementadas pelas notas explicativas. Esse tipo de relatório contém informações adicionais em relação às apresentadas nas demais demonstrações. Apresentam detalhes ou

segregações, aberturas de itens divulgados e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS, 2011). Segundo consta na Lei nº 11.941, de 2009, as notas explicativas devem apresentar: informações acerca da preparação das DC's, das práticas contábeis utilizadas e eventos significativos para o negócio; informações exigidas pelas práticas contábeis que não estejam em nenhuma outra partes das DC's; informações adicionais necessárias para uma apresentação adequada das demonstrações financeiras; e devem indicar os critérios de avaliação patrimonial, investimentos relevantes em outras companhias, aumento do valor do ativo por avaliação, ônus de ativos, garantias prestadas a terceiros, taxa de juros e vencimentos das obrigações de longo prazo, detalhes sobre as ações do capital próprio, as opções de compra de ações outorgadas, ajustes relevantes de exercícios anteriores e os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício.

3.1.2. Os Princípios Contábeis

Os princípios de uma ciência são as bases que sustentam toda a sua estrutura subsequente. São as premissas básicas e fundamentais que adequam a doutrina. Os princípios contábeis são os preceitos, doutrinas, essências e teorias relativas à ciência contábil. Segundo Milev (2018), “são o conjunto de cuidados que o contador deverá obedecer no registro das informações contábeis, e, de modo geral, no exercício da sua profissão”. O cumprimento dos princípios fundamentais da contabilidade é uma obrigação no exercício da profissão contábil. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 2008, são princípios contábeis:

- I. O da *ENTIDADE* – onde se reconhece o patrimônio como objeto fundamental da contabilidade e se afirma a autonomia patrimonial, isto é, deve existir uma diferenciação integral entre o patrimônio pessoal, da pessoa física, e o patrimônio da empresa, da pessoa jurídica. O patrimônio não se confunde com o dos sócios ou proprietários;
- II. O da *CONTINUIDADE* – onde pressupõe-se que a entidade dará continuidade a suas operações no futuro e este fator deve ser considerado na classificação e mensuração dos elementos patrimoniais, quantitativamente e qualitativamente;

- III. O da *OPORTUNIDADE* – se trata da tempestividade e da totalidade do registro patrimonial e de suas variações com o objetivo de produzir informações íntegras e no seu devido tempo;
- IV. O do *REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL* – onde os elementos patrimoniais devem ser registrados pelo valor original das transações, em moeda nacional corrente;
- V. O da *ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA* – complementa o princípio do Registro pelo Valor Original. Conforme o CFC (2008), “os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais”;
- VI. O da *COMPETÊNCIA* – onde se diz que as receitas e as despesas devem ser incluídas no resultado do exercício em que ocorrerem, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento;
- VII. O da *PRUDÊNCIA* – onde se determina uma visão conservadora no momento da avaliação dos ativos e passivos, ou seja, estimativas do menor valor para elementos do ativo e do maior valor para os elementos do passivo, quando se apresentem duas ou mais estimativas válidas para tais avaliações.

3.1.3. O Papel da Contabilidade

Como observado, o objeto principal da contabilidade é o patrimônio empresarial. No entanto, com o desenvolvimento das organizações e com o mercado mais competitivo, a ciência em questão deixou apenas de tratar do controle dos bens, direitos e obrigações e passou também a ter um papel importante no gerenciamento das instituições. Informações contábeis como o resultado das operações, o fluxo de caixa, o retorno do investimento, se tornaram imprescindíveis para que proprietários de empresas, sócios e administradores estivessem bem informados a cerca do andamento dos negócios e assim mais seguros na tomada de decisões que garantissem o desenvolvimento da organização e a competitividade no mercado.

A contabilidade influencia a tomada de decisões em uma empresa à medida que o gestor se utiliza das informações por ela gerada. Há, por parte dos administradores, necessidade de informações adequadas e oportunas para subsidiar o processo decisório das empresas. O fato de se poder contar com as informações em tempo hábil é de fundamental importância para o processo decisório da empresa (PORTON e LONGARAY, 2007).

De acordo com Fayol (1994), uma contabilidade que dê a noção exata das condições da organização é um poderoso meio de direção, representa o órgão de visão da entidade. Ainda segundo o autor, a contabilidade tem o dever de revelar, a qualquer tempo, a posição e o rumo do negócio.

Ramos (2015) também demonstra o seu papel social quando destaca que a Contabilidade “vem evoluindo e se especializando para se adequar às necessidades sociais, principalmente com relação à atuação das entidades no âmbito social e ambiental, contribuindo para o bem-estar da sociedade e a relação da entidade com o meio ao qual está inserida”. Levando em consideração que a vida das pessoas está diretamente ou indiretamente ligada às instituições, sejam de caráter público ou privado, é de extrema importância que os negócios dessas instituições estejam saudáveis para que a vida das pessoas prossiga de maneira plena. E a Ciência Contábil tem a tarefa de cuidar da vida das organizações, através do controle de seu patrimônio, que é um elemento essencial para as entidades (SOUZA, 2007).

Assim, se consegue extrair 3 papéis fundamentais da contabilidade: o papel de controle patrimonial, com a administração de todo o patrimônio que a organização possui; o papel gerencial, com as informações contábeis se tornando de extrema importância para a tomada de decisões; e o papel social, mantendo a vida da instituição saudável, mantém-se também a vida das pessoas, e conseqüentemente, a sociedade como um todo.

3.1.4. O Usuários da Contabilidade

Os usuários da informação contábil são todos aqueles que possuem algum tipo de interesse na situação atual dos negócios ou no desenvolvimento das operações de determinada organização. Podem ser pessoas jurídicas, físicas, órgão do governo que se utilizarão da Contabilidade para obter as informações que desejem. Os usuários avaliarão a situação econômica e financeira da entidade, bem como, projetarão possíveis cenários futuros de acordo com suas análises (RIOS, OLIVEIRA, *et al.*, 2010).

Os usuários da Contabilidade se dividem em dois grandes grupos: usuários internos e usuários externos. No primeiro grupo, se enquadram os usuários com vínculo direto em relação a determinada entidade, ou seja, fazem parte dela, com acesso a informações mais precisas e específicas. Como por exemplo temos os

diretores, gerentes, administradores e empregados em geral, e etc. Já no segundo grupo, se enquadram aqueles usuários que estariam vinculados externamente à organização, ou seja, não fazem parte do quadro interno da entidade e por isso o acesso às informações é mais limitado, utilizando as demonstrações contábeis como principal ferramenta informacional. Como exemplo temos os órgãos governamentais, fornecedores, acionistas e etc (RAMOS, 2015).

3.2. Mercado de Capitais

Antes de trabalharmos os conceitos e finalidades principais do mercado de capitais, é necessário que observemos alguns aspectos fundamentais do mercado financeiro, também denominado por diversos autores como sistema financeiro.

Segundo Barros (1970), o Mercado Financeiro se caracteriza pelo conjunto de operações financeiras que é realizado em um país, ou entre vários países. Fazem parte deste mercado operações que tenham por objeto dinheiro, crédito, capitais, etc.

Oliveira (1980, p. 20) conceitua sistema financeiro como “um conjunto de instituições e instrumentos financeiros que possibilitam a transferência de recursos dos ofertadores para os tomadores de recursos e criam condições para que os títulos tenham liquidez no mercado”.

Este processo de distribuição de recursos evidencia a função econômica e social do sistema financeiro porque em todo o processo de expansão de uma economia se faz necessário a participação crescente de capitais, observado através da poupança disponível pelos agentes econômicos sendo direcionadas para os setores produtivos carentes de recursos, por meio de intermediários e instrumentos financeiros (ASSAF NETO, 2011).

Pinheiro e Saddi (2005) resumem o sistema financeiro da seguinte forma:

- i. Realiza pagamentos como contrapartida da compra de bens e serviços, e transfere moeda de um local para outro;
- ii. Realiza a poupança daqueles que desejem adiar seus gastos, alocando-a economicamente da forma mais eficiente, de acordo com as preferências individuais de retorno, risco e liquidez;
- iii. Seleciona, monitora, distribui e realoca os riscos.

Oliveira (1980) e Assaf Neto (2011) destacam que de acordo com as características das operações, a intermediação financeira subdivide-se em quatro

mercados específicos: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais, e mercado cambial.

- i. *Mercado Monetário* – Visa o controle da liquidez monetária da economia e das taxas de juros básicas pretendidas pelas autoridades monetárias. Os principais papéis negociados neste mercado são emitidos pelo Tesouro Nacional, tais como Notas do Tesouro Nacional (NTN) e Letras do Tesouro Nacional (LTN). Também são negociados Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), Certificados de Depósitos Bancários (CDB), exclusivamente entre instituições financeiras;
- ii. *Mercado de Crédito* – Onde ocorre os financiamentos de curto e médio prazos, direcionados aos ativos permanentes e ao capital de giro das organizações. Neste mercado atuam os Bancos Comerciais e Sociedade Financeiras;
- iii. *Mercado de Capitais* – Engloba as operações de médio e longo prazo, e de prazo indeterminado, relacionadas a títulos representativos do capital das organizações, destinadas ao financiamento das atividades empresariais.
- iv. *Mercado Cambial* – Envolve operações que necessitem da conversão de moedas estrangeiras para moedas nacionais e vice-versa decorrentes, principalmente, do comércio internacional, como por exemplo atividade relacionadas à importação e exportação e operações que precisem efetuar remessas ao exterior.

Em se tratando melhor do mercado de capitais, também denominado por mercado de valores mobiliários, Assaf Neto (2011) evidencia que este assume a função mais relevante dentro do processo de desenvolvimento de uma economia pois faz a ligação entre aqueles que têm capacidade de poupança, os investidores, e aqueles necessitados de recursos de longo prazo.

Um mercado de capitais ativo e perfeitamente organizado apresenta suma importância para o progresso de uma economia livre pois desempenha duas funções vitais: transforma a poupança no instrumento de créditos que os empresários necessitam para levar a cabo seus intentos; e permite que a população que concorre com suas poupanças para o financiamento dos empreendimentos se torne proprietária e participante dos lucros desses negócios. Com isso, permite a acumulação de

capitais e, ao mesmo tempo, proporciona a democratização da propriedade e dos lucros (BARROS, 1970).

No Brasil, o mercado de capitais surgiu com o crescimento das organizações e seus negócios e a necessidade de crédito para a expansão da escala produtiva. Diante deste cenário muitas empresas iniciaram processos de abertura de capital. Um dos grandes marcos legais do desenvolvimento deste mercado foi a promulgação das leis 6.385 e 6.404, que criava a Comissão de Valores Mobiliários e estabelecia a Lei das Sociedade por Ações (VIEIRA e MENDES, 2004). Desde então o mercado de capitais brasileiro tem se desenvolvido de forma acentuada, principalmente no início da década de 90, com a estabilização econômica, abertura comercial e para investimentos estrangeiros em bolsa. Levando em conta também o processo de securitização que se iniciou na mesma década, viu-se aumentar o tipo de financiamento via mercado de capitais e captação de recursos no exterior (CARVALHO *et al.*, 2000).

3.2.1. Principais Papéis Negociados no Mercado de Capitais

Atualmente, de acordo com Assaf Neto (2011), os principais papéis, ou títulos, negociados no mercado de capitais brasileiro são os seguintes:

a) Ações

Ações representam a menor parcela do capital social de uma organização e constituem um dos tipos mais importantes de investimento em títulos de propriedade existentes no mercado. São valores negociáveis e distribuídos aos acionistas proporcionalmente ao investimento feito na entidade. Oliveira (1979) ressalta que o mercado de ações nasceu quando o mercado de crédito deixou de ser suficiente para garantir os recursos necessários a atividade produtiva.

Com relação ao tipo, elas se classificam de acordo com os direitos e vantagens proporcionados aos seus titulares. Podem ser: ordinárias, preferenciais e de fruição ou gozo.

As ações ordinárias conferem a seu titular o direito a voto, dessa forma, o acionista pode inferir em decisões da organização, como a destinação dos resultados, análise e aceite das contas patrimoniais, eleição de diretoria, alteração em estatutos, e em diversos outros assuntos.

Ações preferenciais não concedem a seus titulares o direito de voto, porém garante-lhes certas preferências ou vantagens, como: recebimento dos dividendos antes dos acionistas ordinários, tem preferência no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade, entre outras vantagens. Com o não direito de voto, os acionistas preferenciais não participam das deliberações da empresa. Porém, caso a organização não distribua dividendos pelo prazo de três anos consecutivos, os acionistas passam a ter esse direito até a realização do referido pagamento.

A ações de fruição ou gozo não representam o capital social da organização, e sim títulos que substituem ações ordinárias ou preferenciais amortizadas.

O investidor obtém 4 tipos de vantagens quando escolhe pela compra de ações de uma organização. A primeira vantagem é o direito de receber os dividendos, que é uma parte dos resultados da entidade distribuída em dinheiro aos acionistas. Também existe a vantagem da bonificação, que é a distribuição aos acionistas de forma gratuitas de novas ações decorrentes do aumento de capital. Outro benefício, é a valorização das ações, que é o aumento de preço dos títulos comprados decorrente da conjuntura do mercado e do desempenho econômico-financeiro da organização. Por fim existe o direito de subscrição, o que confere aos acionistas o direito de ser previamente consultados a respeito de qualquer aumento de capital.

b) Opções sobre Ações

Opções de ações representam contratos onde são negociados o direito de comprar ou vender ações, em um determinado período, por um preço anteriormente estabelecido. São instrumentos derivativos, ou seja, seu preço deriva de um ativo ou instrumento financeiro de referência que justifica sua existência, no caso, as ações. São negociadas em Bolsas de Valores através do pagamento do valor de mercado da opção, denominado de prêmio. O lucro ou prejuízo da operação dependerá do resultado da diferença entre o preço da opção no dia da realização (compra ou venda) e o valor do prêmio pago.

São classificadas em dois tipos: as opções de compra, denominadas de *call*; e a opções de venda, conhecidas como *put*. As opções *call* garantem o direito da compra de ações no futuro a determinado preço prefixado, e o investidor espera uma valorização das ações da organização, podendo assim lucrar com a diferença entre o preço real das ações e o preço pelo qual se tem o direito de pagar. Dado o prazo estipulado e o direito de compra não sendo exercido, o contrato expira e o titular perde

o prêmio pago. Já as opções *put* garantem o direito da venda de um lote de ações no futuro por um preço previamente estabelecido e se espera que as ações sofram uma desvalorização e o investidor possa comprá-las por um preço mais baixo.

c) Depositary Receipts

Os *depositary Receipts* são recibos de depósitos lastreados em ações ordinárias, e são comumente utilizados pelas empresas brasileiras para angariar recursos no mercado internacional. Quando emitidos nos Estados Unidos, são denominados ADR's (*American Depositary Receipts*), quando em outros países, IDR ou GDR. Basicamente, são títulos que são negociados no mercado com garantias em ações de uma entidade instalada em outro país.

d) Brazilian Depositary Receipts

São recibos de depósitos representativos de valores mobiliários de companhia estrangeiras negociados no mercado brasileiro. Através deste papel, os investidores podem diversificar suas carteiras aplicando seus recursos tanto em companhias nacionais como empresas estrangeiras que possibilitem a negociação de suas ações no país.

e) Debêntures

Debêntures são títulos de dívidas emitidos pelas companhias de capital aberto como instrumento de financiamento de projetos, investimentos em novas instalações, etc. O tomador de recursos (aquele que emite o título) se compromete a pagar ao debenturista o capital investido, incorporado de juros, em data específica. Podem ser do tipo simples, ou seja, não dão o direito de conversão em ações da companhia emissora. Ou pode ser do tipo conversíveis, que oferecem ao titular a possibilidade de conversão em ações da emitente dos títulos.

Compete à assembleia geral dos acionistas deliberar sobre a emissão de debêntures, com o devido registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e sobre suas formas de garantias, que pode ser real, flutuante, quirografária e subordinada. Também caberá a AGA definir a remuneração desses títulos de dívida, que poderão ser através de juros, participação nos lucros e prêmios de reembolso.

f) Letras Financeiras (LF)

As LFs são títulos de renda fixa com captação de médio e longo prazo e possui emissão exclusiva das instituições financeiras como bancos comerciais, bancos de

investimentos, etc. Possuem prazo mínimo de 2 anos e o resgate é impossibilitado antes do vencimento concordado.

g) Caderneta de Poupança

Considerada como o investimento mais tradicional do Brasil, a caderneta de poupança oferece baixo risco e o menor retorno quando comparada com outros tipos de investimento. Normalmente seus investidores são os de menor renda. Os valores depositados podem ser sacados a qualquer momento, porém, como os juros rendem mês a mês, os resgates feitos.

3.2.2. O Mercado Eficiente

Todo mercado, seja ele qual for, busca o equilíbrio através da equidade entre a oferta e a demanda, ou seja, deve existir uma equivalência entre a quantidade ofertada de um bem e a quantidade procurada. Quando tal efeito ocorre, dizemos que o preço estipulado alcançou o seu equilíbrio, pois estaria refletindo o valor ideal entre a oferta e a procura. Esse efeito ocorre diariamente no mercado de capitais, quando investidores demonstram interesse de compra ou venda de determinado título e com isso, ocasionam as oscilações nos preços do mercado.

A Hipótese de Mercados Eficientes (HME) desenvolvida por Eugene Fama (1970 apud SCHUMANN, 2013) afirma que todos os preços do mercado refletem as informações relevantes disponíveis aos agentes econômicos na tomada de decisão e na alocação de recursos. Desta forma não haveria ganhos exorbitantes e não existiria estimativas tendenciosas do valor real do investimento, tornando assim o mercado eficiente.

Ainda segundo Fama (1970 apud SCHUMANN, 2013) existem três condições para que se tenha a eficiência de mercado: que não haja custos com transações de ações; que todos os participantes do mercado tenham informações disponíveis sem custo; e que todos estejam de acordo que os preços realmente refletem adequadamente todas as informações disponíveis. Em seguida, o autor reconhece que estas condições de mercado não se realizam na prática, mas destaca que se as informações estiverem disponíveis para um número suficiente de investidores, os mercados serão eficientes.

A eficiência dos mercados pode ser definida em três níveis:

- *Eficiência fraca*, onde nenhum investidor poderia obter retornos superiores aos de mercado utilizando estratégias baseadas em preços ou retorno históricos;
- *Eficiência semiforte*, na qual nenhum investidor poderia obter grandes somas de lucros utilizando-se de informações públicas, demonstrativos financeiros, notícias, relatórios de pregão, etc.
- *Eficiência Forte*, onde nenhum investidor poderia obter lucros em excesso através do uso de informações confidenciais, não publicáveis, ou informações privilegiadas (SCHUMANN, 2013).

3.3. Fraudes Contábeis

As fraudes contábeis, ou corporativas, tem sido objeto de estudo de muitos acadêmicos devido ao crescente número de casos observados principalmente dos anos 2000 em diante. A importância desses estudos é observada em decorrência das consequências catastróficas que as fraudes promovem na vida das organizações, nas vidas das pessoas, na economia e na sociedade como um todo.

A fraude pode ser caracterizada por atos ilícitos de omissão, manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis, feitos de maneira planejada e consciente, com o intuito de atender aos interesses próprios ou da organização (RAMOS, 2015).

Fraude significa qualquer ato intencional que visa de alguma forma obter vantagem em benefício próprio ou de alguém em detrimento de perdas de terceiros. Numa empresa, por exemplo, qualquer ação ou erro intencional em benefício próprio que traga de alguma forma prejuízos para a empresa pode ser considerado fraude. Um simples furto de uma caneta ou de um pacote de papel de Xerox para fins próprios pode ser considerado fraude contra a empresa (VILAÇA, 2012).

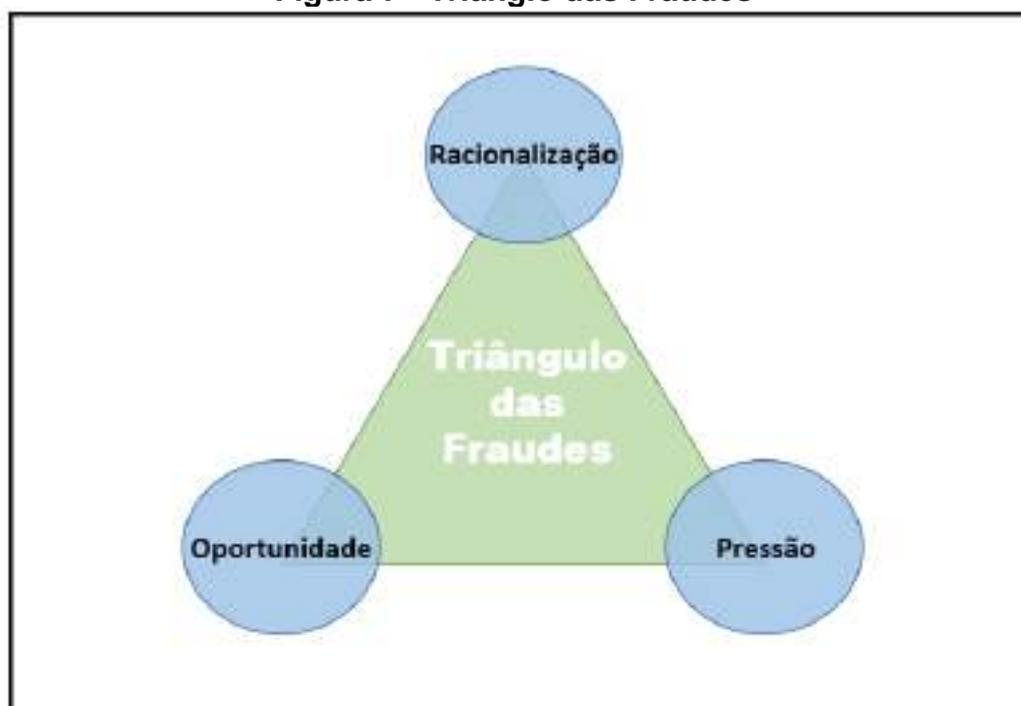
É importante também diferenciar fraude e erro. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC T1 01 – Auditoria Interna, a fraude é o “ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários”, enquanto que o erro se refere ao “ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários”.

Portanto, a diferença entre fraude e erro está na intenção ou não intenção da ação que resulta na deturpação das demonstrações contábeis.

De acordo com Carvalho (2009), a fraude ocorre em virtude de 3 fatores: motivação, necessidade e oportunidade. Sendo a motivação o que impulsiona o ato; a necessidade, que varia de pessoa para pessoa podendo ser legítima ou não; e a oportunidade, que são os aspectos que facilitaram a ocorrência da fraude. O autor também destaca que a administração de uma organização tem papel primordial na prevenção e identificação de fraudes e erros, através do uso eficiente de um adequado sistema contábil e de controles internos apropriados.

Donald Cressey (1953 apud Machado e Gartner, 2017), condicionou a existências de fraudes pela existência conjunta de 3 dimensões: pressão, oportunidade e racionalização. A pressão corresponde a problemas pessoais do indivíduo: como o medo de perder o emprego ou pela manutenção de um padrão de vida alto. A oportunidade é o conhecimento e a posse de informações necessárias de falhas nos sistemas gerenciais e de controle da organização. E a racionalização é o ato de justificar a si próprio o ato fraudulento como justificável e/ou aceitável. Os resultados dos estudos de Cressey, concluíram no que hoje é conhecido como o Triângulo das Fraudes.

Figura 7 - Triângulo das Fraudes



Fonte: (MACHADO e GARTNER, 2017)

Como visto anteriormente, as organizações se utilizam das demonstrações contábeis para transmitir as informações necessárias acerca de sua posição financeira e patrimonial aos usuários das informações contábeis. É neste contexto que ocorrem a maioria das fraudes com a manipulação e até omissão de informações que causam distorções relevantes nas demonstrações. Neste âmbito de manipulação de informações, surge um conceito que se mistura a fraudes contábeis: a contabilidade criativa.

3.3.1. Contabilidade Criativa

A Contabilidade Criativa se refere ao processo no qual os contadores se utilizam das brechas nas normas para manipular a escrituração contábil, porém, sem deixar de cumprir os princípios da contabilidade. Desta maneira, dependendo da forma que se aplique os aspectos contábeis, os resultados demonstrados passam a ser mais favoráveis a organização. Basicamente é uma maquiagem da realidade patrimonial de uma entidade (KRAEMER, 2004).

De acordo com Souza *at al.* (2015), a prática é possível devido a maleabilidade das normas e legislações contábeis, na forma de interpretação e aplicação, o que garante uma imagem mais conveniente das informações contábeis. Tal fato gera uma subjetividade muito grande em sua aplicação, decorrendo daí a existência de uma linha muito tênue que separa a fraude contábil da Contabilidade Criativa.

O estudo deste fenômeno envolve muita subjetividade e por isso diversos estudiosos do assunto apresentam suas definições e pontos de vista. De acordo com Ian Griffith (1988 apud KRAEMER, 2004):

Todas as empresas manipulam seus resultados e as demonstrações contábeis publicadas estão baseadas em livros contábeis que foram “retocados” com mais ou menos delicadeza. Assim, as cifras que se divulga ao público investidor são alteradas para proteger o culpado (esconder a culpa), o que é a maior farsa desde o “Cavalo de Tróia” e na realidade, tratam-se de artifícios que não infringem as regras do jogo, sendo considerados totalmente legítimos, e que são denominados como contabilidade criativa.

Michael Jameson (1988 apud KRAEMER, 2004) também define o tema da seguinte maneira:

A contabilidade criativa é essencialmente um processo de uso das normas contábeis, que consiste em dar voltas às legislações para buscar uma escapatória baseada na flexibilidade e nas omissões existentes dentro delas para fazer com que as demonstrações contábeis pareçam algo diferente ao que estava estabelecido em ditas normas.

Terry Smith (1992 apud KRAEMER, 2004) demonstra uma posição contrária a utilização desta prática quando destaca:

A contabilidade criativa é uma prática inadequada porque dá a impressão de que grande parte do aparente desenvolvimento empresarial, ocorrido nos anos 80, foi mais um resultado do jogo de mãos contábeis do que do genuíno crescimento econômico, já que muitas empresas se utilizaram dela para apresentar indicadores de crescimento econômico e financeiro não-reais que, em um segundo momento, poderiam se tornar verdadeiros colapsos empresariais.

São diversas as razões que corroboram para o crescente uso das práticas de contabilidade criativa e a maioria delas estão relacionadas com o impacto que suas informações podem gerar em relação as decisões dos investidores nas Bolsas de Valores. Kraemer (2004) destaca as principais como sendo: a manutenção do fluxo de receitas; a valorização dos preços das ações; atraso do envio de informações ao mercado financeiro com o intuito de ação em benefício próprio; e a camuflagem do desempenho governamental.

Souza *at al.* (2015), conclui em seu estudo, no qual confrontou a Contabilidade criativa com fraude contábil, que as duas práticas, embora se confundam, são diferentes, principalmente com relação às suas regras e à legislação contábil. Juridicamente, a contabilidade criativa é uma prática legal. Porém os diversos teóricos do assunto condenam sua utilização por questões éticas e até por induzir os usuários da informação contábil a erros.

3.3.2. Prevenção e Combate às Fraudes Contábeis

Ao mesmo tempo que o tamanho e a complexidade das organizações se desenvolveram, as formas e tipos de fraudes também tiveram sua evolução. Com o intuito de se manter livre desse mal, e permanecer saudável em seus negócios, a organização deve focar sua atenção na implantação ou aperfeiçoamento de mecanismos que garantam sua proteção contra as fraudes no ambiente corporativo. Estudos indicam que a auditoria, o controle interno, boas práticas de Governança corporativas e gestão de risco são meio eficazes de garantir essa proteção.

3.3.2.1. A Auditoria

A palavra auditoria, tem origem no latim *audire*, que significa ouvir. Em termos corporativos significa conferência, verificação, análise e avaliação, como também a comunicação dos resultados dentro de um determinado objetivo ao qual a auditoria se

propõe (LINS, 2017). Pode ser tido também como um exame metódico das demonstrações financeiras, registros, documentos de uma entidade, com o objetivo de garantir a veracidade dos registros e verificar se estes foram feitos em acordo com os princípios da contabilidade, proporcionando assim a confiabilidade nas informações econômico-financeiras divulgadas pela entidade (RAMOS, 2015).

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza azidental, pública ou privada, quer ocorridos quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados (LOPES DE SÁ, 2000).

O auditor deve ter por objetivo implementar procedimentos de controle de qualidade que garantam razoavelmente que a auditoria esteja de acordo com normas técnicas e com as exigências legais e regulatórias aplicáveis; e que os relatórios emitidos pelo auditor estejam apropriados nas circunstâncias (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. [...] essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes capacita o auditor a formar essa opinião (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Geralmente, a auditoria é dividida em dois grupos distintos: auditoria interna e auditoria externa. A auditoria interna é executada por funcionários da própria empresa e envolve a avaliação de desempenho, controles internos, sistemas de informação, qualidade de serviços e produtos. Possibilita maior confiança nas informações geradas e a salvaguarda dos ativos da empresa através da identificação de não conformidades, prevenção e detecção de falhas operacionais e dissonâncias nas atividades administrativas. Conforme o objetivo, a auditoria interna pode se dividir nos seguintes tipos: contábil; operacional; *compliance*; de sistemas; fiscal e tributária; e de qualidade e ambiental (LINS, 2017).

A auditoria externa é aquela realizada por profissionais independentes, sem vínculo com a organização (RAMOS, 2015). Tem por finalidade aumentar a confiança nos relatórios contábeis através da emissão de relatórios que assegurem que estas foram elaboradas de acordo com os princípios da contabilidade, em conformidade com normas e legislações específicas. As principais vantagens da realização de uma

auditoria externa são: mais segurança dos números das demonstrações com relação a possíveis fraudes ou erros; desestímulo a fraude; mais segurança para os *stakeholders*; menor custo de capital; e melhores controles e operações mais seguras (LINS, 2017).

A equipe de auditores responsável pela auditoria tem a responsabilidade de garantir com segurança que as demonstrações contábeis não contenham distorções relevantes originadas por fraude ou erro. Os objetivos do auditor são: (a) identificar e avaliar os riscos de distorções relevantes nas DCs decorrente de fraude; (b) obter evidências de auditoria adequadas sobre os riscos identificados de distorção decorrente de fraude, por meio da definição e implantação de respostas apropriadas; e responder adequadamente face à fraude ou à suspeita de fraudes identificada durante a auditoria (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

3.3.2.2. Controle Interno

Os controles internos funcionam como conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos utilizados de modo assegurar que os objetivos da organização sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução das metas (AVON, 2012).

De acordo com Lins (2017) o controle interno é um processo integrado e operado pela organização, com o objetivo de garantir a segurança tanto das atividades administrativas quanto das atividades operacionais, no intuito de reduzir as possibilidades de desvios de ativos, descumprimento de normas internas, e de erros não intencionais. Se divide nas seguintes categorias: confiabilidade das informações geradas; salvaguarda de ativos; observância às leis e regulamento aplicáveis; e eficiência e eficácia das operações.

De acordo com Attie (1992 apud Hickmann, 2005) “o controle interno é um meio de se obter a informação para coordenar os planos e nortear a ação dos gestores, pois todas as decisões tomadas durante o planejamento ou as operações normais deveriam estar sujeitas ao controle”.

Silva (2007), ressalva que o sistema de controle interno de uma organização deve ser aperfeiçoado constantemente com o intuito de suprir a ineficiência ou ausência de controles adequados. Destaca também que um sistema de controle interno eficiente é aquele que alerta, de maneira tempestiva, a necessidade de se

prevenir e corrigir problemas com o objetivo de extinguir, ou minimizar, perdas decorrentes de erros ou desvios. Também é válido para a maximização do lucro da organização.

Atualmente diversas empresas do mercado buscam uma adequação mais precisa de suas práticas e procedimentos internos no intuito de se prevenir fraudes e erros. Zappala (2011) destaca que a auditoria, tanto externa quanto interna, é uma excelente ferramenta para garantir a eficiência dos controles internos, o que passa mais tranquilidade à administração e mais segurança aos investidores, assim como para o próprio fisco.

Com isso, se percebe que um controle interno efetivo tem contribuição relevante na prevenção de fraudes e outros fatores que possam ocasionar falhas nos negócios de uma organização.

3.3.2.3. Governança Corporativa

Este tema ganhou relevância mundial no início do século XXI com os grandes escândalos corporativos envolvendo grandes empresas americanas. Ao passar do tempo, verificou-se que empresas que se mantinham atualizadas com relação às boas práticas de governança corporativa eram melhores vistas pelos investidores.

A governança corporativa envolve um conjunto de regras e atividades que determina o modo pelo qual a empresa deve operar. Trata-se de um meio de estabelecer e manter a harmonia entre os acionistas e os altos executivos das empresas. Através dela, busca-se identificar maneiras de garantir que as decisões sejam tomadas de forma eficaz, sem perder o foco na eficiência operacional e maximização dos resultados. Existem muitas definições para governança corporativa, mas, de forma geral, todas convergem para os mesmos princípios, práticas e objetivos (FIORINI, JUNIOR e ALONSO, 2016).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que contribui para o desenvolvimento sustentável das organizações através da geração e disseminação de conhecimentos das melhores práticas em governança corporativa, define o assunto como:

[...]o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.

No Brasil, as práticas de governança corporativa foram implementadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), em dezembro de 2000, ao criar os segmentos especiais de listagem com o objetivo de desenvolver o mercado de capitais brasileiro. Esses segmentos prezam por regras de governança corporativa diferenciadas de acordo com os diferentes tipos de empresas. Vão além das obrigações legais impostas às companhias pela Lei das Sociedade por Ações e têm o intuito de melhorar a avaliação de mercado das organizações que decidam aderir, de forma voluntária, a um desses segmentos. São eles: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1 (B3 - BRASIL, BOLSA E BALCÃO).

Ainda segundo o IBGC (2015), os princípios básicos da governança corporativa são: transparência, equidade, prestação de conta (*accountability*) e responsabilidade corporativa. Todas as práticas de governança corporativa são permeadas por estes princípios, “e sua adequada adoção resulta em um clima de confiança tanto internamente quanto nas relações com terceiros.”

Junior *et al.* (2017) analisaram a função da governança corporativa no combate às fraudes e concluíram que as práticas de governança têm papel relevante na diminuição da probabilidade de ocorrências de erros, fraudes, ou qualquer outros fatores que possam prejudicar os negócios de uma organização.

3.3.2.4. Gerenciamento de Riscos

Uma pesquisa realizada pela KPMG, a CIO 2018, revelou que houve um aumento significativo em relação a importância dada pelas organizações ao gerenciamento de riscos e *compliance*. Empresas que gerenciam os seus riscos tem 38% a mais de probabilidade de obter uma lucratividade maior que seus concorrentes (DINO, 2019).

Segundo o IBGC (2007), o gerenciamento de risco consiste em o Conselho de Administração assegurar que a Diretoria identifique, por meio de um sistema de informação adequado, os principais riscos pelos quais a organização está ameaçada, sua probabilidade de ocorrência, bem como as medidas e os planos adotados para sua prevenção ou minimização.

Ao aplicar o gerenciamento de riscos corporativos, a organização deverá examinar as atividades em todos os seus níveis, desde as atividades realizadas no âmbito empresarial, como planejamento estratégico e alocação de recursos, às atividades das unidades de negócios, como marketing e recursos humanos ou analisar os processos do negócio. Um gerenciamento de riscos corporativos, formulado e executado adequadamente, será capaz

de oferecer ao conselho de administração e à diretoria executiva garantia razoável do cumprimento de seus objetivos. A garantia razoável reflete a noção de que incertezas e riscos se relacionam com o futuro, o qual ninguém é capaz de prever com exatidão (VIANA, 2019)

Assim, as melhores práticas de gerenciamento de riscos funcionam como uma linha de defesa corporativa, ou seja, em uma organização onde exista um estruturado e efetivo processo de gestão de riscos operacionais e estratégicos, resultará na capacidade de identificar, avaliar e tratar qualquer evento que possa impactar negativamente no alcance das metas e objetivos da entidade.

3.3.3. Grandes Fraudes Contábeis de Conhecimento Geral

Nesta etapa serão tratados alguns escândalos contábeis que ficaram conhecidos em virtude das gigantescas proporções que tomaram e seus desdobramentos. São exemplos as fraudes contábeis das empresas: Enron, Worldcom, Parmalat e Xerox.

3.3.3.1. Enron

Fundada em julho de 1985 e sediada em Houston, no estado do Texas, a Enron era uma das maiores companhias do ramo de energia dos EUA no final do século XX. Se desenvolveu a tal ponto através de suas inovações que, em 2001, foi classificada pela revista *Fortune 500*, como a 7ª maior receita dos EUA, com faturamento superior a 100 bilhões de dólares, chegando a possuir, em seu auge, mais de 30.000 funcionários ao redor do mundo (JÚNIOR *et al.*, 2017).

Porém, em virtude do expressivo crescimento econômico e com a necessidade de capitalizar-se, a companhia começou a realizar práticas de manipulação contábil com intuito de melhorar sua situação patrimonial e financeira publicadas nas demonstrações contábeis. Em resumo, a empresa se utilizou de empresas SPE (*Specific Purpose Enterprise*) para esconder dívidas e aumentar receitas e lucro de forma irreal (RAMOS, 2015). Com as participações nas SPEs que não constavam no balanço, a organização conseguiu superestimar os lucros em quase US\$ 600 milhões e fez desaparecer dívidas no valor aproximado de 650 milhões de dólares (KRAEMER, 2004).

Quando em 2001, devido a sérios problemas de abastecimento de energia, as ações da companhia começam a despencar, e aliado ao fato que executivos com informações privilegiadas começaram a vender suas participações da empresa

avaliada em milhões de dólares, as transações da Enron começaram a chamar a atenção das autoridades. Com os prejuízos se acumulando, e acusações cada vez mais sérias por parte dos órgãos reguladores, a empresa não vendo saída, entra com pedido de falência na justiça americana em 2 de dezembro de 2001.

A Enron manipulou as demonstrações contábeis e se aproveitou das falhas e ambiguidades da legislação americana, com o intuito de esconder a verdadeira situação financeira da organização e favorecer sua alta classe de executivos. A falência da empresa também envolveu a firma de auditoria Arthur Andersen, que não desempenhou seus trabalhos de modo íntegro, como também outras empresas de consultoria, escritórios de advocacia, agências de *rating* de crédito, como Moody's, Standard & Poor's e Fitch, todas beneficiadas pelo grande esquema fraudulento da companhia (RAMOS, 2015).

3.3.3.2. Worldcom

Entre o final do século XX e o início do século XXI, a Worldcom Corporation era uma das maiores companhias do mundo do setor de telecomunicação e internet. Fundada em 1983, na cidade de Clinton, Mississippi, seu desenvolvimento se deu por uma estratégia agressiva de aquisições e fusões. Ao todo foram 65 aquisições no período de 1991 e 1997, com um investimento aproximado de 60 bilhões de dólares e um montante de dívida de 41 bilhões de dólares (BONOTTO, 2010). A empresa chegou a possuir metade de todo tráfego de internet dos EUA, 50% de todos os e-mails da rede mundial e um terço de todos os cabos de dados norte-americanos (VILAÇA, 2012).

No entanto, em 1999 houve uma desaceleração no mercado de telecomunicações e com isso as receitas da Worldcom passaram a crescer lentamente e os preços das ações começaram a cair. Em 2000, a empresa começa a utilizar manipulações contábeis com objetivo de melhorar os números da companhia. A contabilidade da organização começou classificar as despesas operacionais como investimentos de longo prazo. A classificação incorreta e intencional resultou em um lucro adicional de US\$ 3,8 bilhões (VILAÇA, 2012).

Os resultados positivos em um momento que o setor se encontrava em dificuldades, e os prejuízos que a principal concorrente da Worldcom, AT&T, vinha auferindo, chamaram a atenção da comissão de valores mobiliários americana (SEC).

As possíveis irregularidades também chamaram a atenção da auditora interna Cynthia Cooper, a qual deu início a uma investigação. Em 25 de junho de 2002 Cooper revelou a SEC as práticas contábeis fraudulentas que a empresa estava realizando a mando do diretor financeiro Scott Sullivan.

Após intervenção dos órgãos fiscalizadores do governo americano, a empresa admitiu ter inflado seus lucros. Em 2001 decreta concordata e após muitas negociações em virtude dos milhares de processos jurídicos impostos por investidores que se viram prejudicados, a companhia é comprada pela Verizon Communications pela quantia aproximada de 7 bilhões de dólares.

3.3.3.3. Parmalat

Fundada em 1961, na cidade de Parma, Itália, pelo empresário Carlitos Tanzi, a Parmalat foi pioneira na utilização de processo de pasteurização com uso de temperatura ultra-alta (UHT). Sua expansão territorial teve início em 1970, aportando no Brasil em 1977. Teve grande desenvolvimento econômico nos anos seguintes e com isso abriu seu capital na bolsa de valores de Milão em 1990. Não demorou muito para que a companhia se tornasse uma gigante de mercado, com produção de leites, iogurtes, suco de frutas e biscoitos, chegando a empregar mais de 35 mil funcionários em cerca de 30 países (JÚNIOR *et al.*, 2017).

Os problemas começaram com a descoberta que a empresa havia falsificado um documento em que afirmava que sua filial nas Ilhas Cayman possuía 3,95 bilhões de euros depositados numa agência do Bank of America, e essa quantia seria utilizada para cobrir uma perda de investimentos no valor de 500 milhões de euros em um fundo do paraíso fiscal. Com a descoberta passaram-se para as investigações, que mais tarde descobririam um endividamento da companhia num valor de 11 bilhões de euros. Tal endividamento era encoberto por meio de um sistema de fraudes contábeis, documentos falsos, lucros fictícios e complexas pirâmides de empresas *offshore* (RAMONET, 2004).

Em 15 de dezembro de 2003, Calisto Tanzi renuncia ao cargo de presidente dando lugar a Enrico Bondi (JÚNIOR *et al.*, 2017). No dia 27 do mesmo mês e ano, o governo de Parma anuncia a insolvência da empresa e decreta a prisão de Calisto Tanzi e outros executivos, sob acusação de fraude, desvio de recursos, falsidade ideológica e danos causados aos investidores (RAMOS, 2015).

3.3.3.4. Xerox

Fundada em 1906, sob o nome de The Haloid Photographic Company, a companhia fabricava filmes e equipamentos fotográficos. Em 1948, investiu na invenção de Chester Carlson, o criador da primeira imagem xerográfica do mundo. A técnica possibilitava a cópia de fotos, documentos e ilustrações. A partir de investimento em pesquisas e expansão dos negócios, a Xerox se tornou mundialmente conhecida como a inventora da fotocopiadora, e atualmente também atua no ramo da impressão, de multifuncionais, scanners, softwares para escritório, gestão de documentos, entre outros (KLEIKO, 2017).

No entanto, o cenário de crescimento e expansão se estagnou quando, em 1990, as vendas da empresa recuaram devido ao aumento da concorrência e uma série de problemas administrativos decorrentes de uma reorganização empresarial mal formulada. Neste contexto, a contabilidade da Xerox, pressionada pela alta administração para demonstrar bons resultados, começou a realizar manipulações contábeis, no intuito de esconder o verdadeiro desempenho operacional da companhia (STUART, 2012 apud RAMOS, 2015).

A manipulação contábil teve como objetivo apresentar a SEC resultados nos quais a empresa cumpria sua meta de lucro. Com os resultados aprovados pelo órgão americano, a companhia poderia ter acesso a empréstimos, financiamentos e renovação de contratos com outras grandes empresas e governos pelo mundo. Os balanços da Xerox num primeiro momento foram auditados pela KPMG. Porém em virtude de um rompimento de contrato entre a KPMG e a Xerox, os balanços foram posteriormente re-examinados pelos auditores da PriceWaterhouseCoopers. Nessa nova auditoria feita pela PWC constatou-se, através de uma investigação contábil, que a Xerox declarou irregularmente as receitas da companhia no período entre 1997 e 2001.

Em abril de 2002, a SEC acusou a Xerox de inflar suas receitas em cerca de 3 bilhões de dólares no período de 1997 a 2001, com o objetivo de manter bons números e valorizadas suas ações. A investigação também revelou que os executivos da organização tinham recebido mais de 5 milhões de dólares em bônus pelos resultados obtidos de forma fraudulenta e 30 milhões de dólares com venda de ações da empresa (RAMOS, 2015).

4. ESTUDO DE CASO

Nesta seção serão demonstrados os estudos de caso das empresas selecionadas: o banco Lehman Brothers e a Toshiba Corporation. Esta seleção ocorreu através da análise documental de notícias, relatórios de investigação e artigos que evidenciaram que as duas companhias em questão cometeram fraudes contábeis que geraram sérios prejuízos aos mercados o quais estas pertenciam. Outro ponto que é importante destacar e que também corroborou para a seleção, é que se constatou uma escassez de estudos de âmbito nacional referente às fraudes cometidas por estas companhias, o que demonstra a relevância deste estudo.

4.1. O Banco Lehman Brothers

As origens do grande banco Lehman Brothers datam de meados do século 19, quando um imigrante alemão Henry Lehman estabeleceu uma pequena loja que comercializava produtos em geral, o que incluía mantimentos e utensílios, na cidade de Montgomery, capital do estado do Alabama. Alguns anos mais tarde, especificamente no ano de 1850, seus irmãos também chegados da Alemanha, aderiram ao negócio e o pequeno estabelecimento passou a se chamar Lehman Brothers (FINEMAN e ONARAN, 2008, tradução nossa). No mesmo ano, a companhia começou a negociar algodão no mercado de *commodities*.

Após a Guerra Civil, os irmãos Lehman mudaram o seu negócio para a cidade de Manhattan, onde tiveram papel fundamental na formação de bolsas de *commodities*. Primeiramente ajudaram na formação da Bolsa de Negociação de Algodão de Nova York, e posteriormente, na formação das bolsas de café, açúcar, cacau e petróleo (HARVARD BUSINESS SCHOOL, s.d, tradução nossa).

Em 1887, a companhia mudou sua linha de negócios, que antes era focada inteiramente no mercado de *commodities*, para banco comercial ao se tornar membro da Bolsa de Ações de Nova York. Além do ramo financeiro, o Lehman Brothers também obteve grandes marcos nas áreas de entretenimento, comunicações, na exploração e produção de petróleo e gás, eletrônica e informática entre os anos de 1920 e 1950 (ADU-GYAMFI, 2016, tradução nossa).

Em torno dos anos de 1960 e 1970, o Lehman Brothers iniciou um programa de expansão massiva abrindo filiais na Europa e na Ásia. Em 77, se fundiu com a Kuhn Loeb & Co, uma famosa empresa de investimentos bancários sediada em Nova

York, que enfrentava sérios problemas financeiros. A firma formada passou a se chamar Kuhn Loeb Lehman Brothers, e na ocasião se tornara o quarto maior banco de investimento. Porém, devido a disputas internas, a fusão durou pouco tempo, resultando na sua aquisição pela empresa Shearson/American Express em 1984 pela quantia de 360 milhões de dólares. Essa nova operação criou a companhia Shearson Lehman/American Express. Em meados dos anos 90, a American Express começou a descontinuar os serviços de operações bancárias e de corretagem, e com isso, vendeu o negócio de corretagem e gestão de ativos da Shearson para a empresa Primerica. Os restantes dos negócios bancários e de investimentos se tornaram a Lehman Brothers Holding, com Oferta Pública Inicial (IPO) em 1994 (ADU-GYAMFI, 2016, tradução nossa).

O Lehman Brothers passou por muitos problemas difíceis ao longo de sua existência, como a Grande Depressão de 1929 e as guerras mundiais. No início dos anos 2000, o banco tinha o *status* de quarta maior instituição financeira dos EUA. Foi então que, em setembro de 2008, a companhia entra em processo de falência em meio a devastação gerada pela crise do *subprime*, um dos maiores colapsos financeiros enfrentados pela economia norte-americana nas últimas décadas.

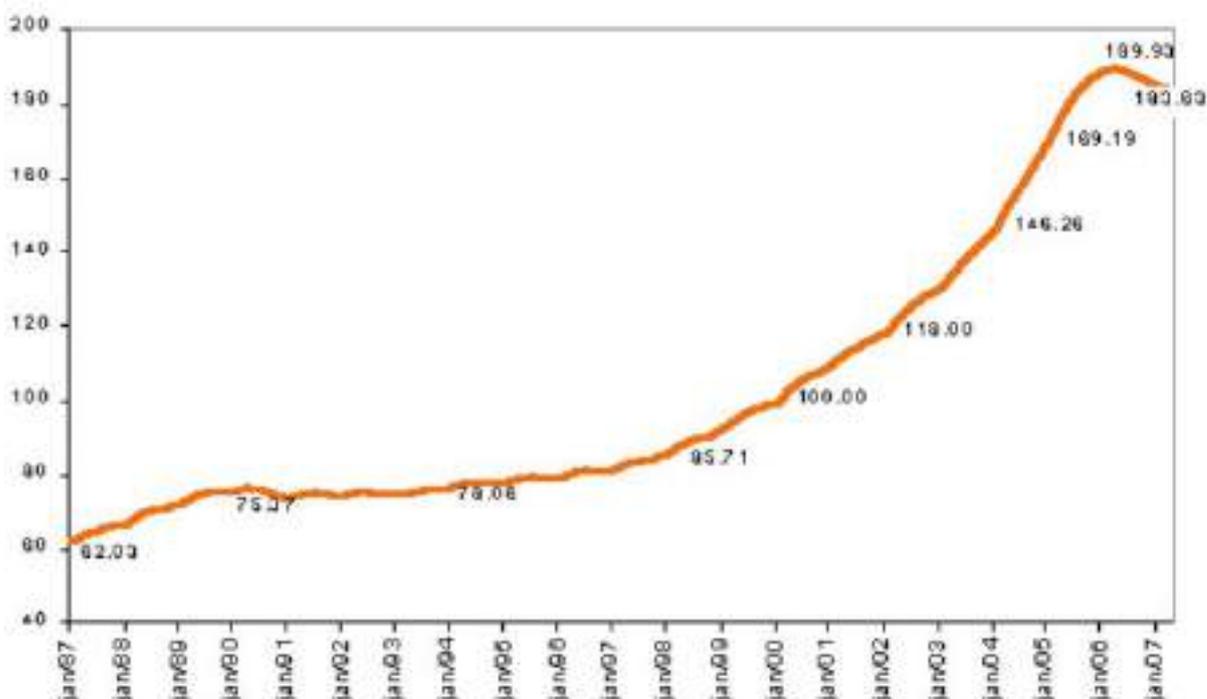
4.1.1. A Crise do *Subprime*

Subprime é um tipo de crédito concedido a pessoas com maus históricos de pagamento. Devido às baixas taxas de juros decorrentes de grande liquidez do mercado internacional, a demanda por casas hipotecadas nos EUA, financiadas por créditos *subprime*, aumentou, fazendo com que o preço das casas aumentasse e houvesse refinanciamento de casas. O problema se deu quando a taxa de juros aumentou e o preço das casas diminuiu. Pessoas que haviam contraído empréstimos não conseguiram pagar. Uma vez que as casas eram dadas como garantia e o preço delas estava diminuindo, os emprestadores não eram capazes de recuperar seus investimentos. Em agosto de 2007, a crise tomou proporções mundiais devido à securitização (TABAK e SOUZA, 2009).

Como Torres (2008) ressalta, entre os anos de 1997 e 2006 houve um crescente aumento dos preços dos imóveis residenciais nos EUA. Com aumentos reais de aproximadamente 85%, foi considerado o maior *boom* imobiliário do país. Essa valorização ocorreu devido a expansão do crédito imobiliário, mercado que movimentou em média US\$ 3 trilhões anualmente entre 2001 e 2006. Esse mercado foi especialmente impulsionado graças a entrada de devedores conhecidos como *subprime*, pessoas consideradas de alto grau de risco de crédito, e também graças a

venda de títulos de créditos baseados neste tipo de empréstimo no mercado de capitais.

Gráfico 1 - Evolução do Índice de Preços dos Imóveis nos EUA de 1987 a 2007



Fonte: (TORRES, 2008, p.2)

Porém, ao final do ano de 2006, houve uma desaceleração do mercado imobiliário. Levando em conta o aumento das taxas de juros e a queda no preço dos imóveis, se tornou mais difícil negociar as hipotecas *subprimes*, e assim o nível de inadimplência aumentou. Com o aumento da falta de pagamento relacionado às hipotecas, houve uma vertiginosa desvalorização no preço dos títulos lastreados neste tipo de crédito, fazendo com que os investidores resgatassem suas aplicações gerando dívidas exorbitantes para os grandes bancos (TORRES, 2008). Essa grande dívida contraída pelos bancos fizeram com que algumas instituições se tornassem insolventes, ou seja, passivo maior que ativo. Com isso, viu-se a quebra de grandes bancos como o Bear Stearns e o próprio Lehman Brothers, a expectativa negativa com relação a economia aumentou, junto com o desemprego, e assim percebeu-se uma das maiores crise enfrentadas pelos Estados Unido (LIMA e NAVES, 2013).

Considerada a maior crise do capitalismo desde 1929, as consequências do colapso não se circunscreveram apenas ao território dos Estados Unidos. As economias ao redor do mundo todo sentiram seus efeitos. Mundialmente, houve uma rápida e extensa redução na atividade industrial e do comércio internacional. No 4º trimestre do ano de 2008, os países desenvolvidos experimentaram uma queda de

mais de 10 pontos em relação ao mesmo período de 2007 (OREIRO, 2011). Os níveis de desemprego também aumentaram, especialmente entre os jovens.

Como em todo o mundo, os efeitos da crise também atingiram o Brasil, impactando em diversos setores da economia do país. O setor industrial percebeu uma retração de 14% nos meses de novembro e dezembro de 2008. No setor agropecuário, tendo como base o mês de outubro do mesmo ano, o crescimento mensal foi de -0,88%, sobretudo devido à queda nos preços das *commodities*. Também houve impacto no setor de consumo com a queda das exportações devido a falta de demanda. A redução na saída de bens, produtos e serviços do país foi de 29% entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009. No mercado financeiro houve redução do crédito, saída expressiva de dinheiro do mercado de capitais e muita volatilidade nos principais índices econômicos nacionais (FERREIRA, 2012). Como a crise financeira ocorreu em um momento em que o Brasil se desenvolvia economicamente, seus efeitos não se prolongaram por muito tempo. Houve uma pequena queda do PIB em 2009, mas cresceu 7,5% em 2010, se destacando na economia internacional como um dos primeiros países a sair da crise (CASTRO, 2018).

4.1.2. O Escândalo Contábil

Quando a crise de 2008 se desencadeou, muitos participantes do mercado atribuíram a derrocada do grande banco de investimentos Lehman Brothers exclusivamente à dependência da firma em relação ao mercado de hipotecas *subprime*. De fato, a empresa possuía bilhões em ativos hipotecários considerados *podres*, porém existem outros fatores que também explicam a falência.

Em 2008, dados obtidos por Moscovitz (2010) indicam que o grau de endividamento do banco era de 31: 1, muito mais do que o permitido pelas agências de regulamentação dos EUA que não passava de 15: 1. Isso significa que o capital de terceiros (oriundos de empréstimos, financiamentos e etc) era 31 vezes maior do que o seu ativo. Tal fator adicionado à crescente inadimplência causada pela alta de juros e a retração do mercado de hipotecas *subprimes*, aumentaram o problema de liquidez enfrentado pela companhia. E no intuito de esconder sua difícil situação financeira, desde anos anteriores, a empresa já vinha manipulando suas demonstrações contábeis.

Porém somente em 2010, através de uma investigação minuciosa liderada pelo advogado Anton R. Valuskas, na época presidente da firma de advocacia Jenner & Block, veio a conhecimento do público a manipulação contábil realizada por parte dos executivos do Lehman Brothers (MICHAEL e SORKIN, 2010). De acordo com o relatório, o banco se utilizou de um truque contábil conhecido como “Repo 105” para inflar seu balanço em U\$S 50 bilhões.

O “Repo 105” é um tipo de acordo de recompra (*Repurchase agreement*) muito usado no mercado financeiro norte-americano, no qual a parte que detém a mercadoria ou o título realiza a venda destes produtos a uma outra parte, porém se comprometendo a comprá-los por um preço minimamente maior em uma data futura. Na prática, os repos são empréstimos de curto prazo entre duas partes e existem desde 1917 (HARTWELL, 2016, tradução nossa). Esse tipo de mecanismo ficou popular justamente com o caso da falência do Lehman Brothers. Através de uma brecha na legislação, o banco tratou as entradas provenientes dos acordos de recompra como venda e com esse dinheiro encobriu parte dos seus passivos, melhorando seu grau de endividamento. A brecha na legislação com relação aos acordos de recompra ficou tão evidente que o Conselho de Normas Contábeis Internacionais e o Conselho de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) se reuniram em abril de 2010 para revisar os padrões contábeis referente a este tipo de transações (ADU-GYAMFI, 2016, tradução nossa).

Por essa razão, diversos estudos, em se tratando da falência do grande banco e suas causas, evitam usar o termo “fraude” em suas conclusões e muitos sequer tratam do assunto. O próprio relatório de Anton R. Valuskas não utiliza o termo, mas caracteriza a atitude dos executivos como “negligência grosseira” (MICHAEL e SORKIN, 2010, tradução nossa). Porém, Adu-Gyamfi (2016) observa que a companhia deturpou a divulgação das operações de recompra e violou a exigência dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos dos EUA (GAAP) de garantir que todos os eventos significativos para as demonstrações contábeis de uma empresa devem ser divulgados. Além da não divulgação, o Lehman Brothers intencionalmente fez com seus stakeholders e acionistas acreditassem que suas operações de recompra eram tratadas como vendas e não como transações de financiamento. A utilização desmesurada e intencional do “Repo 105” e a ambiguidade das normas e leis vigentes

na época para classificar corretamente este tipo de transações corroboraram muito para a falência do banco.

4.1.3. As Consequências

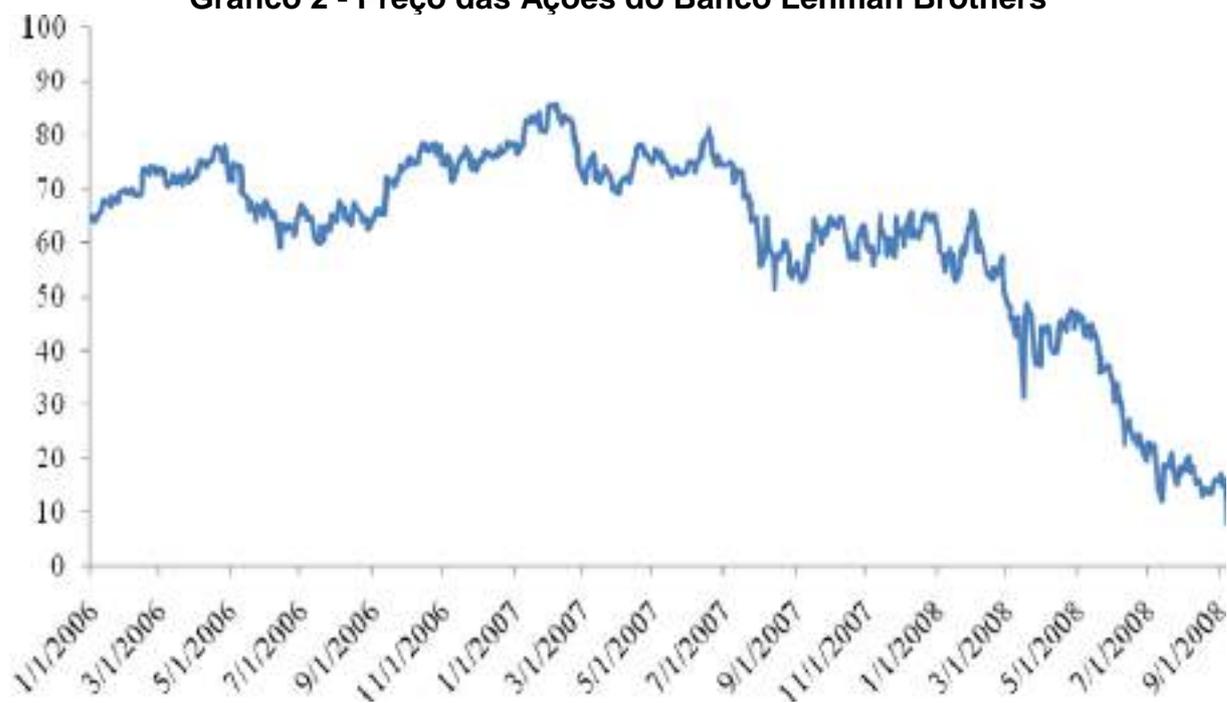
O colapso do banco de investimentos Lehman Brothers foi considerado um marco na crise do subprime (OLIVEIRA, VILELA e MÁXIMO, 2018). O mercado financeiro mundial em sua quase totalidade não esperava o pedido de concordata do banco pois se acreditava que a instituição se enquadrava dentro dos conceitos de “*Too Big To fail*”. Este conceito, “Grande demais para Fracassar” em tradução direta, se refere ao fato de uma companhia ser tão importante para a economia global que sua falência causaria uma catástrofe, e por isso o governo socorreria tal empresa para se evitar o colapso econômico (AMADEO, 2018).

Desde meados de 2007, quando se iniciou a crise no mercado de hipotecas dos EUA, até o momento em que o banco entrou com seu pedido de concordata (setembro de 2008), a companhia viu suas ações despencarem de um patamar de US\$ 82 para entorno de US\$ 4, o que equivale a uma desvalorização de 95% (BBC BRASIL, 2008). De acordo com a CNN Nova York (2008), quando o Lehman Brothers declarou o risco de falência, houve quedas históricas nos principais índices financeiros mundiais. O Índice Industrial Dow Jones experimentou um recuo de 504 pontos, cerca de 4,4% de desvalorização. O Índice NASDAQ perdeu 3,6%. Na Europa, o Índice FTSE caiu cerca de 3,92% e o Paris CAC 40 caiu 3,78%. Tais recuos não eram tão expressivos desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Na Ásia, o Índice Sensex da Índia caiu 5,4%, o índice de referência de Taiwan caiu 4,1%, o Índice da Austrália caiu 2% e o de Cingapura 2,9%. Ao mais, o Índice Nikkei do Japão caiu 4,9% e o Índice Hang Seng de Hong Kong caiu 5,5%, enquanto um dos principais indicadores do valor das ações na Coreia do Sul - o índice KOSPI - caiu 6,1% (CNN JAPÃO, 2008).

Adu-Gyamfi (2016) também relembra que o Lehman Brothers possuía milhares de empregados a redor do mundo. Com a falência do banco, mais de 25.000 funcionários perderam seus empregos. Além disso, esses funcionários que possuíam muitos bonus, gratificações e investimentos em ações da própria empresa, viram suas aplicações perderem quase que totalmente seu valor de mercado.

Além dos stakeholders internos, o pedido de falência do banco também prejudicou muitos fundos de investimentos e instituições financeiras. Como destacado por Zingales (2008), o *Reserve Primary Fund* obteve perdas totais de US\$ 785 milhões em dívidas do Lehman Brothers, com isso o seu valor patrimonial líquido por ação caiu abaixo de US\$ 1 e foi obrigado a congelar os resgates por 7 dias. Outro fundo de investimentos que também observou o valor de suas ações caírem para US\$ 0,991 foi o BNY Institutional Cash Reserves Fund, administrado pelo banco de Nova York Mellon Corp, devido a empréstimos sem garantias realizados para o Lehman de US\$ 35 milhões (ADU-GYAMFI, 2016). Outra instituição que declarou exposição potencial ao colapso do Lehman foi a financiadora de hipotecas Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac) que possuía US\$ 1,2 bilhão em títulos de empréstimos não garantidos ao banco (BULLOCK, 2008).

Gráfico 2 - Preço das Ações do Banco Lehman Brothers



Fonte: (DENG e MCCANN, 2009)

Devido à estrutura globalizada do Lehman Brothers, milhares de participantes do mercado financeiro ao redor do mundo foram impactados pelo seu colapso. O pedido de falência do LBHI desencadeou uma sequência de eventos em todo o globo. Segundo um relatório informacional aos clientes emitido pela empresa de auditoria global PriceWaterhouseCooper's (2009), a insolvência do banco resultou em mais de 75 processos distintos de falência.

4.2. Toshiba Corporation

A Toshiba Corporation, fundada em julho de 1875, é uma empresa multinacional de produtos eletroeletrônicos e atualmente possui atuação nas seguintes áreas de negócios: Energia, Infraestrutura Social, Dispositivos Eletrônicos e Soluções digitais. Com sede em Tóquio, Japão, encerrou o ano fiscal de 2017 com vendas líquidas no valor de 3,94 trilhões de ienes (cerca de 35 bilhões de dólares). Emprega mais de 140.000 colaboradores e negocia suas ações nas Bolsas de Valores de Tóquio e Nagoya. Ao longo de sua trajetória, a empresa foi responsável por lançar diversos produtos inéditos no mundo e no Japão, como por exemplo o primeiro motor de indução no país e a primeira lâmpada elétrica de duplo filamento do mundo (TOSHIBA CORPORATION, 2019).

No Brasil, a Toshiba começa suas atividades no ano de 1968 como fabricante de transformadores e fornecedora de aparelhos para companhias elétricas. Em agosto de 1977, a companhia adquiriu cerca de 40% do capital da Semp (Sociedade Eletromercantil Paulista), empresa fundada em 1942 por Affonso Brandão Hennel para fabricação de rádios. A Semp Toshiba se destacou no mercado de TV brasileiro, e por muitos anos foi reconhecida como uma das maiores companhias de dispositivos eletroeletrônicos do país, atuando, além do ramo de TV, nos segmentos de rádios gravadores, home theaters, telefones sem fio, DVDs, notebooks, tablets, celulares e outros aparelhos (KLEINA, 2017).

Porém, ao final da primeira década dos anos 2000, o faturamento da empresa no país passou a cair vertiginosamente, acumulando prejuízos e demissões em massa (CANALTECH, 2015). A Semp Toshiba não soube se adaptar a entrada de novos concorrentes no mercado de eletrônicos, que estava em expansão. A centralização de decisões e a inflexibilidade do negócio foram dois dos principais fatores de queda (LOUREIRO, 2013). Como resultado, a Joint-Venture formada entre a Semp e a Toshiba foi desfeita no ano de 2016, depois de 40 quarenta anos de parceria, principalmente com o fim do setor de TVs da empresa japonesa (KLEINA, 2017).

4.2.1. O Escândalo Contábil

Ao mesmo tempo que enfrentava um cenário crítico dentro do Brasil, a empresa passava pela maior de suas crises financeiras em seu país de origem, o Japão. Em 2015, a SESC (Securities and Exchange Surveillance Commission), órgão

responsável por regular o mercado de capitais do país, emitiu um relatório de investigação que acusava práticas contábeis irregulares da corporação (ELGHANDOUR e ADEL, 2016).

Para responder a SESC a própria Toshiba instituiu um comitê de investigação composto por especialistas externos independente e imparciais, cujo objetivo inicial era averiguar os seguintes pontos: (1) Contabilidade em relação a projetos que utilizavam o método da porcentagem completada; (2) Contabilidade em relação ao registro de despesas operacionais do segmento de produto visuais; (3) Contabilidade em relação a avaliação de estoque do segmento de semicondutores; (4) Contabilidade em relação a transações de peças no segmento de PC (TOSHIBA CORPORATION, 2015).

Segundo consta no CPC 17 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2018), o método da porcentagem completada é “o reconhecimento das receitas e das despesas tendo como referência o estágio de execução (*stage of completion*) do contrato”. Neste método as receitas e os custos contratuais são confrontados à medida que seja realizado cada estágio do trabalho. Tal método garante informações úteis sobre extensão da atividade e do desempenho contratuais.

Com relação a este primeiro tópico, o objetivo do comitê era investigar se, nos projetos que utilizaram tal método de avaliação, houve inadequação dos tratamentos contábeis, como falhas em registrar provisões para perda de contrato de maneira apropriada e tempestiva, ou a inflação imprópria dos lucros devido a estimativas indevidas do custo total do contrato.

Em relação ao segundo tópico, o comitê tinha por tarefa investigar se, na contabilidade do registro de despesas operacionais do segmentos de produtos visuais, houve algum tipo de tratamento contábil inadequado como (i) o registro inapropriado de alguma provisão ou (ii) o registro de alguns custos em período posterior com ajuste de preço de compra a um fornecedor e adiamento parcial desse pagamento até o período subsequente.

Em se tratando da terceira matéria avaliada, o comitê investigou a adequação da contabilização do custo de transformação referente a fabricação de semicondutores, procedimento que é separado em duas partes. Primeiro o *front-end*, no qual os circuitos integrados são fabricados em substrato de silício chamados *wafers*. E depois o processo de *back-end*, em que os circuitos integrados fabricados

no processo de front-end se tornam produtos acabados depois de serem embalados, inspecionados e testados. O objetivo era averiguar se houve superavaliação do inventário final, que por sua vez, resultou em lucros exagerados. Ao comitê, também se delegou investigar se as perdas de avaliação de ativo foram apropriadamente registradas com relação ao estoque de produtos LSI (Large Scale Integration) de semicondutores e sistemas discretos semiacabados e acabados que foram descontinuados devido à reestruturação de negócios e mantidos em estoque para fornecimento ao cliente.

Ao terceirizar a fabricação de computadores pessoais (*PCs*) para fabricantes de produtos originais (*FPOs*) no exterior, as peças necessárias para a fabricação de *PCs*, como painéis de cristal líquido, unidades de disco rígido, memória, e etc, são compradas pela Toshiba a granel e vendidas às *FPOs*. Enquanto *PCs* acabados que foram processados e fabricados pelas *FPOs* são comprados pelo Grupo Toshiba. Nestas transações, para garantir a transparência às *FPOs* com relação ao preço de compra praticado pela empresa, os preços de venda das peças às *FPOs* foram estabelecidos acima dos preços de compra. Porém, como o preço de mercado das peças caíram, a diferença entre os preços de compra e venda estabelecidos pelo grupo Toshiba se ampliou. Considerando este fato e a possibilidade de uma grande parte das peças vendidas às *FPOs* fosse embutida em produtos acabados e devolvida ao Grupo Toshiba, foi delegado ao comitê investigar se a contabilização equivalente aos lucros registrados no momento da venda de peças foi adequada.

No decorrer da investigação, o comitê realizou uma ou diversas entrevistas com diretores, executivos e funcionários da Toshiba, incluindo aqueles que já não faziam parte da empresa. Quando necessário, também foram conduzidas entrevistas com executivos e empregados de subsidiárias consolidadas da Toshiba. Um total de 210 dirigentes e empregados foram entrevistados. O comitê também entrevistou a equipe responsável pela auditoria contábil da organização, a Ernst & Young ShinNihon LLC.

O comitê concluiu que houve contabilização inapropriada nas 4 áreas investigadas. Os problemas contábeis da Toshiba foram atribuídos principalmente aos funcionários da empresa, subestimando os custos em projetos de longo prazo e inflando os lucros (KESSLER TOPAZ, 2017). A investigação deduziu que o problema teve seu início na crise financeira global de 2008, quando os auditores internos, pressionados pela presidência da organização, mascaram as perdas com o intuito de

evitar a demonstração de um resultado negativo (ELGHANDOUR e ADEL, 2016). Os desafios impostos pela liderança corporativa da Toshiba eram demasiadamente laboriosos e deveriam ser atingidos em um espaço curto de tempo. Com efeito, o único meio de atingir a metade lucro estabelecidas era empregando técnicas contábeis irregulares.

Outros fatores que contribuíram para a consolidação desta fraude por tanto tempo foram: (1) uma cultura organizacional que requeria obediência quase cega aos seus superiores; (2) uma fraca governança corporativa; (3) o mal funcionamento do sistemas de controles internos em vários setores da organização, principalmente os de finanças, auditoria corporativa, gerenciamento de risco e divulgação de títulos. Todos esses fatores correlacionados corroboraram para que as práticas fraudulentas fizessem seu caminho desde o nível dos presidentes de unidades de negócios até os contadores de menores níveis.

4.2.2. As Consequências

O escândalo contábil da Toshiba se tornou o maior que o Japão houvera presenciado. No dia 21 de julho de 2015, o então presidente da Toshiba, Hisao Tanaka, renunciava o seu cargo depois do comitê de investigação ter revelado a fraude contábil de mais de 1,2 bilhão de dólares ao longo de 7 anos. O próprio Tanaka, em entrevista coletiva, na qual o mesmo curvou-se em sinal de penitência diante das câmeras, declarou que o escândalo era o evento mais danoso para a Toshiba em seus 140 anos de história (REVISTA VEJA, 2015).

Além de ser consideradas umas das empresas mais emblemáticas do país, o Grupo Toshiba também era considerado o mais avançado em questões de governança corporativa (KAZUO, 2016). A fraude, fez com que os stakeholders perdessem a confiança na companhia e ameaçou seu lugar como um conglomerado líder (ELGHANDOUR e ADEL, 2016).

Após a queda brusca de valor das ações da companhia na Bolsa de Tóquio, diversos acionistas individuais, incluindo ex-executivos da empresa entraram com ações judiciais pedindo indenizações (KESSLER TOPAZ, 2017). Apenas no ano de 2015, a organização sofreu uma desvalorização de quase 50% de valor de mercado tendo como base o início do ano.

Além da série de prejuízos causados a si própria, a fraude na Toshiba também trouxe diversos problemas para o mercado de capitais do Japão. O fundo de pensão estatal do país, maior investidor institucional do mundo, sofreu perdas estimadas em US\$ 118 milhões (AGUIAR, 2018). Este escândalo espalhou sua desgraça pela Bolsa de Valores de Tóquio, e assim, influenciou a estabilidade financeira e econômica do país e aumentou a desconfiança nas empresas e mercados japoneses.

Cabe também destacar que as consequências do escândalo contábil atingiram diretamente os funcionários da empresa. Como “plano de revitalização” foram cortados mais de 7.800 empregos, sendo a maioria pertencente a divisão de eletrônicos da Toshiba (WARREN, 2015).

Gráfico 3 - Preço Ações Toshiba



Fonte: Google (2019)

Por fim, se evidencia que a governança corporativa do Japão, antes tida como uma das mais sólidas do mundo, precisou ser reformulada e uma série de medidas foram implantadas ao longo do tempo para se aumentar a consciência sobre as questões de governança no país (KESSLER TOPAZ, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi observado, a medida que as organizações se desenvolveram, a contabilidade passou a desempenhar diferentes papéis dentro do contexto organizacional. Hoje o objetivo da contabilidade é proporcionar informações corretas e satisfatórias aos usuários das informações contábeis, de tal forma que se conheça a situação patrimonial e financeiro da empresa e assim, auxiliar no processo decisório.

Quando tais informações publicadas contém manipulação ou erros intencionais com o objetivo de atender os interesses próprios da organização, é caracterizada uma fraude. Atualmente as fraudes são riscos reais que todas as empresas estão sujeitas. Seus impactos podem ser desastrosos e, dependendo do tamanho da organização, podem provocar efeitos negativos até na economia na qual estejam inseridas.

Diante do exposto, este trabalho se propôs a estudar o papel da contabilidade na manutenção do equilíbrio do mercado de capitais que hoje se traduz na principal forma de captação de recursos pelas empresas de grande porte. Para tal objetivo, a presente pesquisa se propôs a estudar dois casos de escândalos contábeis e seus impactos para os mercados os quais as organizações selecionadas estavam inseridas. As conclusões serão expostas como respostas aos objetivos específicos propostos no início deste trabalho, que são: (a) Identificar e apresentar as companhias selecionadas para o estudo de casos; (b) Entender como ocorreu a fraude nos procedimentos contábeis em cada caso; (c) Averiguar se houve impacto no mercado de capitais, assim como mensurar e dimensão de suas consequências e; (d) Destacar a importância da contabilidade nas grandes companhias de capital aberto para o mercado de capitais.

As empresas selecionadas foram o Banco Lehman Brothers, um dos maiores bancos de investimentos dos Estados Unidos que teve sua falência decretada em setembro de 2008, tendo como uma das principais causas a crise do *subprime*. E a Toshiba Corporation, uma grande multinacional japonesa do setor de tecnologia da informação e comunicações, e que recentemente enfrentou uma das maiores crises internas de sua história. Através da análise documental de notícias, relatórios de investigação e artigos se evidenciou que tanto a falência do banco de investimentos quanto a crise na multinacional japonesa tiveram como origens fraudes contábeis.

A Toshiba Corporation inflou seus lucros em mais 1,2 bilhão de dólares durante um período de 7 anos através da subavaliação dos custos de projetos de longo prazo, escondendo as perdas com o intuito de evitar a demonstração de um resultado negativo. O grande banco Lehman Brothers escondeu dívidas e inflou seu balanço em um valor próximo a US\$ 50 bilhões através de uma manipulação contábil denominada “repo 105”, um tipo de acordo de recompra.

Vale destacar que não há um consenso entre os diversos autores que analisaram a falência do Lehman quanto a questão da ocorrência de fraude. É evidente que houve uma manipulação contábil. Porém a contabilidade do banco utilizou de uma brecha na legislação para realizar tais práticas, o que descaracterizaria fraude, e denotaria o uso da contabilidade criativa.

No entanto, Adu-Gyamfi (2016) destaca que o banco violou o requisito dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos dos EUA (GAAP) de assegurar que todos os eventos relevantes para as demonstrações contábeis de uma organização sejam divulgados. E enganou o público a acreditar que todas as operações de reporte eram tratadas como vendas, e não operações de financiamento. Considerando que fraude é qualquer ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, fica evidente a linha tênue e subjetiva existente entre as práticas fraudulentas e as práticas de contabilidade criativa.

Os dois escândalos contábeis impactaram os mercados de capitais o quais as organizações estavam inseridas. A falência do Lehman Brothers foi considerada o estopim de uma das maiores crises econômicas do século XXI, com impactos negativos nos principais índices econômicos, fundos de investimentos, instituições financeiras e etc. Já a fraude da Toshiba não tomou tantas proporções quanto a do Banco. O escândalo impactou negativamente o fundo de pensão estatal do país em

US\$ 118 milhões e aumentou a desconfiança dos investidores nas empresas e mercados japoneses, fazendo com que o governo do Japão reformulasse todas as diretrizes de governança corporativa do país.

Através do uso inapropriado da contabilidade e da análise de suas consequências, podemos inferir o papel da contabilidade na manutenção do equilíbrio do mercado de capitais. Este estudo constatou o papel de controle patrimonial e o controle gerencial.

O controle do patrimônio exercido pela contabilidade de uma organização, quando praticado de acordo com a legislação e com os princípios contábeis, apresenta impacto direto no equilíbrio do mercado pois demonstra a saúde dos negócios da entidade para o meio externo. Assim todas as informações autênticas e relevantes estarão disponíveis para os agentes econômicos no processo de tomada de decisão, o que, de acordo com a hipótese de Eugene Fama (1970 apud SCHUMANN, 2013), contribui para um mercado eficiente.

O controle gerencial tem impacto indireto no mercado. Essa função exercida pela contabilidade irá auxiliar a organização a tomar as melhores decisões com relação a seu negócio. Decisões como a implantação de um bom sistema de controle interno, uma auditoria eficiente, um efetivo gerenciamento de riscos, evitam que erros, intencionais ou não, ocorram, como por exemplo a utilização de práticas contábeis fraudulentas.

Ao mais, embora não estivesse no escopo inicial deste estudo, também se evidenciou o papel social da contabilidade. As fraudes contábeis em questão acarretaram numerosos prejuízos. Entre eles estão os milhares de funcionários que foram demitidos, e se viram sem sua principal fonte de renda, em razão das dificuldades que as empresas tiveram de manter seus negócios. Quando as ações de uma empresa afetam a vida de um ou mais indivíduos, ela está diretamente afetando a sociedade como um todo. Portanto, a contabilidade que atinge os seus objetivos e mantém a vida da instituição saudável, mantém também a vida das pessoas plena, e conseqüentemente, a vida de toda a comunidade.

Mais uma vez se observa a carência de pesquisas nacionais com relação às fraudes contábeis realizadas pela Toshiba Corporation e pelo Banco Lehman Brothers, fazendo com que o presente estudo recorresse a trabalhos de línguas estrangeiras. Outra limitação está no fato de que não foram abordados todos os casos

que envolvem fraudes contábeis e o estudo também não tratou dos escândalos contábeis protagonizados por empresas brasileiras.

Assim, fica como sugestão para pesquisas futuras, uma investigação detalhada dos procedimentos utilizados pelo Lehman Brothers, diferenciando a contabilidade criativa de fraudes contábeis. E sugere-se também um estudo das grandes fraudes contábeis realizadas por empresas brasileiras e seus impactos no mercado nacional.

REFERÊNCIAS

- ADU-GYAMFI, M. The Bankruptcy of Lehman Brothers: Causes, Effects and Lessons Learnd. **Journal of Insurance and Financial Management**, v. 1, n. 4, p. 132-149, 2016.
- AGUIAR, M. R. **Avaliação do Risco de Desvios de Conduta de Dirigentes de Fundos de Pensão: Um Estudo de Caso de Análise Multicritério aplicada à Teoria da Agência**. Universidade de Brasília. Brasília. 2018.
- AMADEO, K. What Too Big to Fail Means. **The Balance**, 2018. Disponível em: <<https://www.thebalance.com/too-big-to-fail-3305617>>. Acesso em: 17 Maio 2019.
- ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- AVON, H. **Controle Interno e Externo**. Curitiba: [s.n.], 2012.
- B3 - BRASIL, BOLSA E BALCÃO. Segmentos de listagem. **B3.com**. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/>. Acesso em: 03 Junho 2019.
- BACHTOLD, C. **Contabilidade Básica**. Curitiba: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/contabil_basica.pdf>. Acesso em: 21 Maio 2019.
- BARROS, B.. **Mercado de Capitais e ABC de Investimentos**. 4º. ed. São Paulo: Atlas, 1970.
- BBC BRASIL. Entenda a Quebra do Banco Lehman Brothers. **BBC Brasil.com**, 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080915_lehman_qa_pu.shtml>. Acesso em: 20 Maio 2019.
- BONOTTO, P. V. **As Fraudes Contábeis da Enron e Worldcom e seus Efeito nos Estados Unidos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.
- BRASIL. LEI No 6.404, de 15 de Dezembro 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**, Brasília,DF, Dez 1976.
- BRASIL. LEI Nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**, Brasília,DF, Dez 2007.
- BULLOCK, N. Lehman owes Freddie at least \$1.2bn. **Financial Times**, 2008. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/9bbd2a58-85dd-11dd-a1ac-0000779fd18c>>. Acesso em: 21 Maio 2019.

- CANALTECH. Após prejuízos, Semp Toshiba deixará mercado de TVs. **Canaltech.com**, 2015. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/mercado/apos-prejuizos-semp-toshiba-deixara-mercado-de-tvs-48479/>>. Acesso em: 06 Maio 2019.
- CARVALHO, F. J. C. D. et al. **Economia Monetária e Financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CARVALHO, J. C. O. D. **Por Dentro das Fraudes**. [S.l.]: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/PALESTRA_20110526172653Por20dentro20das20Fraudes.pdf>. Acesso em: 30 Maio 2019.
- CASTRO, J. R. Dez anos da crise de 2008: colapso, consequências e lições. **Nexo Jornal**, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/13/Dez-anos-da-crise-de-2008-colapso-consequ%C3%A2ncias-e-li%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em: 15 Maio 2019.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. D. **Metodologia Científica**. 6ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CNN JAPÃO. Asian markets tumble on Lehman collapse. **CNN Word**, 2008. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2008/WORLD/asiapcf/09/16/stocks.asia/index.html>>. Acesso em: 20 Maio 2019.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. **Apresentação das Demonstrações Contábeis - CPC 26 (R1)**. [S.l.]. 2011.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - CPC 00 (R1)**. [S.l.]. 2011.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Contratos de Construção - CPC 17 (R1)**. [S.l.]. 2012.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 17 (R1)**. [S.l.]. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TI 01 - Da Auditoria Interna**. CFC. [S.l.]. 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3ª. ed. Brasília: [s.n.], 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria**. CFC. [S.l.]. 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 220 (R2) – Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis**. CFC. [S.l.]. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis**. CFC. 2016.

DA SILVA, C. C. Análise das Demonstrações Contábeis. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**, v. 4, n. 4, p. 135-143, 2013. Disponível em: <<https://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/161>>. Acesso em: 23 Maio 2019.

DENG, G.; MCCANN, C. **Structured Products In the Aftermath of Lehman Brothers**. Securities Litigation & Consulting Group. 2009.

DICIONÁRIO FINANCEIRO. DMPL. **Dicionário Financeiro**. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/dmpl/>>. Acesso em: 23 Maio 2019.

DINO. Cresce a atenção das empresas à gestão de riscos. **Veja.com**, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/dino/cresce-a-atencao-das-empresas-a-gestao-de-riscos/>>. Acesso em: 04 Junho 2019.

EGESTOR. Blog EGESTOR. **Como fazer um Balanço Patrimonial de uma Empresa**, 2017. Disponível em: <<https://blog.egestor.com.br/veja-como-fazer-um-balanco-patrimonial-de-uma-empresa/>>. Acesso em: 23 Maio 2019.

EGESTOR. Demonstração de Fluxo de Caixa: o que é e métodos de apuração. **Blog Egestor**, 2018. Disponível em: <<https://blog.egestor.com.br/demonstracao-de-fluxo-de-caixa-como-fazer/>>. Acesso em: 23 Maio 2019.

ELGHANDOUR, N.; ADEL, T. **Corporate Social Responsibility Measurement: Case Study on Toshiba Corporation**. Cairo University. Giza. 2016.

FAYOL, H. **Administração Industrial e Geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle**. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FERREIRA, D. M. **O Efeito Contágio da Crise do Subprime no Mercado Acionário Brasileiro**. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2012.

FINEMAN, J.; ONARAN, Y. Lehman Brothers' Corporate History and Chronology: Timeline. **Bloomberg**, 2008. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/politics?pid=newsarchive&sid=a63mWc3ILITo>>. Acesso em: 13 Maio 2019.

FIORINI, F. A.; JUNIOR, N. A.; ALONSO, V. L. C. **Governança Corporativa: Conceitos e Aplicações**. XIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende - RJ. 2016.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOLGE. toshiba share price. **Goolge**, 2019. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=toshiba+share+price&oq=toshiba+share+&aqs=chrome.1.69i57j0j69i60l2j0l2.6013j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 09 Maio 2019.

HARTWELL, C. How Lehman Brothers and MF Global's Misuse of Repurchase Agreements Reformed Accounting Standards. **The CPA Journal**, 2016. Disponível em: <<https://www.cpajournal.com/2016/08/01/lehman-brothers-mf-globals-misuse-repurchase-agreements-reformed-accounting-standards/>>. Acesso em: 16 Maio 2019.

HARVARD BUSINESS SCHOOL. The History of Lehman Brothers. **Library Harvard Business School**. Disponível em: <<https://www.library.hbs.edu/hc/lehman/Exhibition/General-Merchants-to-Commodities-Brokers>>. Acesso em: 13 Maio 2019.

HICKMANN, J. F. Controle Internos nas Organizações, Santa Maria - RS, 2005.

IBGE. Em 2010, PIB varia 7,5% e fica em R\$ 3,675 trilhões. **Agência de Notícias IBGE**, 2011. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13983-asi-em-2010-pib-varia-75-e-fica-em-r-3675-trilhoes>>. Acesso em: 07 Junho 2019.

IBRACON. Fraudes podem crescer em um ambiente de crise econômica. **Ibracon.com**, 2016. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=3811>>. Acesso em: 07 Junho 2019.

IFRS FOUNDATION. **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia de orientação para o gerenciamento de riscos corporativos**. São Paulo: IBGC, 2007. Disponível em: <<https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/22121/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20Risco%20cad3.pdf>>. Acesso em: 04 Junho 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 5ª. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços**: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Atlas, 2000.

JÚNIOR, C. A. M. D. L. et al. Governança Corporativa como Estratégia de Combate às Fraudes: Estudo de Múltiplos. **3º Congresso UNB de Contabilidade e Governança**, Brasília - DF, 29 a 1 de Dezembro 2017.

KAZUO, M. El escándalo contable de Toshiba saca a relucir problemas en el gobierno corporativo. **Nippon.com**, 2016. Disponível em: <<https://www.nippon.com/es/in-depth/a04802/>>. Acesso em: 09 Maio 2019.

KESSLER TOPAZ. Toshiba Accounting Scandal and Lawsuits. **Kessler Topaz Meltzer Check LLP**, 2017. Disponível em: <<https://www.ktmc.com/blog/toshiba-accounting-scandal-and-lawsuits>>. Acesso em: 09 Maio 2019.

KLEIKO, N. A história da Xerox, a empresa que virou sinônimo de fotocópia. **Tecmundo**, 2017. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/mercado/123586-historia-xerox-empresa-virou-sinonimo-fotocopia-video.htm>>. Acesso em: 06 Junho 2019.

KLEINA, N. Do Japão para o mundo: a história da Toshiba. **Tecmundo.com**, 2017. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/mercado/124458-japao-mundo-historia-toshiba-video.htm>>. Acesso em: 06 Maio 2019.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade Criativa Maquiando as Demonstrações Contábeis**. Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.

LIDA, E. A.; CREPALDI, P. G. **História da Contabilidade**. 2017.

LIMA, T. D.; NAVES, L. A Crise de 2008 e seus Efeitos na Economia Brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52-65, Junho 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/viewFile/1651/922>>. Acesso em: 14 Maio 2019.

LINS, L. D. S. **Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES DE SÁ, A. **Curso de Auditoria**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LOPES DE SÁ, A. **A Contabilidade como Ciência**. 2007.

LOUREIRO, M. Está difícil competir para a Semp Toshiba. **Revista Exame**, 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/esta-dificil-competir/>>. Acesso em: 06 Maio 2019.

MACHADO, R. R.; GARTNER, I. R. Triângulo de fraudes de Cressey (1953) e teoria da agência: estudo aplicado a instituições bancárias brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 32, p. 108-140, Mai/Ago 2017.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MICHAEL, J. D. L. M.; SORKIN, A. R. Report Details How Lehman Hid Its Woes. **New York Times - Business Day**, 2010. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2010/03/12/business/12lehman.html>>. Acesso em: 16 Maio 2019.

MILEV, D. Os sete princípios básicos da Contabilidade. **Kino Blog**, 2018. Disponível em: <<https://blog.sejakino.com.br/os-sete-principios-da-contabilidade/>>. Acesso em: 24 Maio 2019.

MOSCOVITZ, I. How to Avoid the Next Lehman Brothers. **The Motley Fool**, 2010. Disponível em: <<https://www.fool.com/investing/general/2010/06/22/how-to-avoid-the-next-lehman-brothers.aspx>>. Acesso em: 16 Maio 2019.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidade. **Caderno de Pesquisa em Administração**, v. 1, n. 3, 1996.

OLIVEIRA, K.; VILELA, P. R.; MÁXIMO, W. Marco de Crise Global, Quebra do Lehman Brothers Completa 10 Anos. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/marco-de-crise-global-quebra-do-lehman-brothers-completa-10-anos>>. Acesso em: 17 Maio 2019.

OLIVEIRA, M. D. B. **Introdução ao Mercado de Ações**. 2º. ed. CNBV, 1980.

OLIVEIRA, S. L. D. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

OREIRO, J. L. Origem, causas e impacto da crise. **JLCoreiro**, 2011. Disponível em: <<https://jlcoreiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>>. Acesso em: 15 Maio 2019.

PINHEIRO, A. C.; SADDI, J. **Direito, Economia e Mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PORTON, R. A. D. B.; LONGARAY, A. A. Relevância do Uso das Informações Contábeis nos Processos Decisonais. **Revista Angrad**, v. 7, n. 4, p. 89-110, Mar 2007.

RAMONET, I. O Escândalo da Parlat. **diplomatie.org**, 2004. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-escandalo-da-parlat/>>. Acesso em: 05 Junho 2019.

RAMOS, P. K. **FRAUDES CONTÁBEIS: ANÁLISE DOS GRANDES ESCÂNDALOS CORPORATIVOS OCORRIDOS NO PERÍODO DE 2000 A 2012**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2015.

REIS, E. Demonstração do Resultado do Exercício. **Momento de Estudar**, 2018. Disponível em: <<http://momentodeestudar.com.br/revisao-aula-06-demonstracao-do-resultado-do-exercicio/>>. Acesso em: 23 Maio 2019.

REVISTA VEJA. Presidente da Toshiba se demite após escândalo de fraude contábil. **Site da Revista Veja**, 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/presidente-da-toshiba-se-demite-apos-escandalo-de-fraude-contabil/>>. Acesso em: 09 Maio 2019.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica Fácil**. 29ª. ed. Saraiva, 2013.

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e Análise de Balanços**. 12ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RIOS, P. R. et al. A Análise das Demonstrações Contábeis e sua Importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, São Roque, v. 1, n. 1, 2010.

SANKHYA. Conceitos - Demonstrativos Contábeis. **SANKHYA - Gestão de Negócios**, 2018. Disponível em: <<https://ajuda.sankhya.com.br/hc/pt-br/articles/360011287594-Conceitos-Demonstrativos-Cont%C3%A1beis>>. Acesso em: 23 Maio 2019.

SANTOS, A. R. D. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 5ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SASAKI, F. Entenda a atual crise econômica brasileira em 5 passos. **Guia do Estudante**, 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-a-atual-crise-economica-brasileira-em-5-passos/>>. Acesso em: 07 Junho 2019.

SCHUMANN, F. **O Mercado Acionário Brasileiro é Eficiente?** Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 2013.

SILVA, E. C. D. Controle Interno na Prevenção de Fraudes. **Expresso Notícia Jusbrasil**, 2007. Disponível em: <<https://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/134321/controle-interno-na-prevencao-de-fraudes>>. Acesso em: 03 Junho 2019.

SOUZA, M. R. D. A. A função social da ciência contábil. **Portal da Classe Contábil**, 2007. Disponível em: <<https://classecontabil.com.br/a-funcao-social-da-ciencia-contabil/>>. Acesso em: 24 Maio 2019.

SOUZA, W. D. et al. Contabilidade Criativa versus Fraude Contábil: um estudo empírico com profissionais da contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, p. 13-30, Set/Out 2015.

TABAK, B. M.; SOUZA, M. M. D. **Teste de Contágio entre Sistemas Bancários - A crise do subprime**. Banco Central do Brasil. Brasília, p. 136. 2009.

TORRES, E. T. **Entendendo a Crise do Subprime**. BNDS, p. 10. 2008.

TOSHIBA CORPORATION. **Investigation Report**. 2015.

TOSHIBA CORPORATION. Toshiba: Basic Corporate Data. **Site da Toshiba Corporation**, 2019. Disponível em: <http://www.toshiba.co.jp/worldwide/about/corp_data.html>. Acesso em: 02 Maio 2019.

TREVIZAN, K. Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico. **Globo.com**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>>. Acesso em: 07 Junho 2019.

VIANA, L. A importância da Gestão de Riscos para as empresas. **PME News**, 2019. Disponível em: <<https://www.pmenews.com.br/artigo/a-importancia-da-gestao-de-riscos-para-as-empresas>>. Acesso em: 04 Junho 2019.

VIEIRA, S. P.; MENDES, A. G. S. T. Governança Corporativa: Uma Análise de sua Evolução e Impactos no Mercado de Capitais Brasileiro. **Revista do BNDS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 103-122, Dez 2004.

VILAÇA, L. J. **Uma Proposta de Procedimentos para Identificar Fraudes Relevantes nas Demonstrações Contábeis**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

VILAÇA, L. J. **Uma Proposta de Procedimentos para Identificar Fraudes Relevantes nas Demonstrações Contábeis**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

WARREN, T. Toshiba cuts 7,800 jobs following accounting scandal. **The Verge**, 2015. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2015/12/21/10635070/toshiba-job-cuts-accounting-scandal>>. Acesso em: 11 Junho 2019.

ZAPPALA, A. C. G. **O Papel do Controle Interno Na Prevenção de Erros e Fraudes: Um Estudo de Caso em Cooperativa de Crédito de Minas Gerais**. 11º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. São Paulo. 2011.

ZINGALES, L. **Causes and Effects of the Lehman Brothers Bankruptcy**. Committee on Oversight and Government Reform. 2008.